

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025



Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Salas 316 e 318 – Brasília/DF.
CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Sumário

Nossa História	3
Introdução	9
Atuação em Redes e Espaços de Incidência Coletiva	11
Agenda 227	13
Foro Ciudadano de las Américas FCA Brasil	18
Publicação “Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes na Pauta Climática – Guia para a Cobertura Jornalística”	20
Publicação “Análise de Mídia sobre Educação Infantil”	21
Guia “Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática”	22
Comunicação ANDI	23
Conclusão	72

1. Nossa História

1.1 Sobre a ANDI

A **ANDI - Comunicação e Direitos** foi **criada** formalmente **em 1993**, após três anos de atuação voluntária iniciada em 1990, com o propósito de promover a comunicação como instrumento de defesa dos direitos humanos, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Desde então, a organização tornou-se referência na promoção de um diálogo ético e qualificado entre redações jornalísticas, universidades, organizações da sociedade civil, poderes públicos, organismos internacionais e o setor privado.

Em **2011**, a organização passou a adotar oficialmente a denominação **ANDI Comunicação e Direitos**, refletindo a ampliação de seu escopo e a consolidação de uma missão mais abrangente. Desde então, suas ações estruturam-se em três vetores interligados:

- 1. Infância e Juventude:** fortalecimento da proteção integral e da prioridade absoluta;
- 2. Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável:** promoção da equidade e da justiça socioambiental;
- 3. Políticas de Comunicação:** democratização da informação e qualificação das práticas jornalísticas.

A consistência e o impacto das iniciativas desenvolvidas pela ANDI decorrem de uma atuação orientada por princípios institucionais sólidos e por um modelo de governança comprometido com a ética, a transparência e a construção coletiva. Ao longo de sua trajetória, a organização consolidou uma identidade pautada pela utilização da comunicação como instrumento de transformação social, fortalecendo políticas públicas, promovendo a participação democrática e contribuindo para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse contexto, a missão, a visão, os valores e a estrutura legal e de governança representam os alicerces que orientam suas decisões, relações institucionais e estratégias de atuação.

Missão

Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e de promoção da diversidade, da inclusão social e do enfrentamento das desigualdades estruturais.

Visão

Ser agente de transformação na construção e qualificação de políticas públicas e de proteção social e ambiental por meio de estratégias inovadoras de comunicação.

Valores

- Valorização da diversidade
- Promoção da equidade
- Pluralidade de ideias
- Ética e transparência
- Transformação social
- Compromisso com a qualidade
- Construção coletiva e participativa
- Engajamento e afetividade

Estrutura Legal e Governança

A ANDI, fundada em 18 de maio de 1993, é uma associação privada, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, democrática e pluralista. Seus órgãos de governança são:

Assembleia Geral: órgão deliberativo máximo, composto por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Diretoria Executiva: órgão responsável pela gestão e administração da instituição, composta por:

- Miriam Izabel Albernaz Cordeiro – Diretora Executiva
- Ana Potyara Tavares – Diretora Administrativa-Financeira
- Mariana Rodrigues – Assistente de Diretoria
- Vanessa Miranda – Assistente Financeira
- Antônia Conceição – Auxiliar Administrativa
- Flávia Falcão – Jornalista
- Aline Macedo – Designer Gráfica
- Ivanete Cardoso – Serviços Gerais

Conselho Fiscal: responsável pela análise dos relatórios contábeis e financeiros, composto por:

- Michelle Amaro Meneses
- Milton Ferreira de Carvalho

Consultores de Projetos:

- Aline Falco
- Breno Procópio
- Clara Medeiros
- Diana Barbosa
- Hermes Pena
- João José Miguel (Veet Vivarta)
- Marcos Urupá
- Mariana Lavez
- Marta Avancini
- Matheus Feitosa
- Paula Guimarães Gratão
- Thais Malheiros Gawryszewsky

Associados:

- Antonio Augusto Gomes da Silva
- Bia Barbosa
- Flávio Debique
- Marcos Daudt
- Cida Camarano
- Raquel Fuzaro

Financiadores e Parceiros Estratégicos | 2025

A atuação da ANDI Comunicação e Direitos em 2025 contou com o apoio e a parceria de diversas instituições comprometidas com o fortalecimento da sociedade civil e a promoção dos direitos humanos, da infância e da juventude.

Parceiros e financiadores do ciclo 2025:

- Instituto Alana
- PASCA – Parceria pela Ação Social e Cidadania Ambiental
- Fundação José Luiz Egydio Setubal (FJLES)
- Fundação FEAC
- Fundação van Leer
- Fundação Itaú Social
- United Way Brasil
- Theirworld Foundation
- Instituto Bracell

Ao longo de sua trajetória, a ANDI consolidou-se como uma das mais importantes organizações da América Latina dedicadas à comunicação e aos direitos humanos, acumulando **mais de 50 prêmios e reconhecimentos**, como o **Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo**, o **Prêmio UNICEF Criança e Paz**, o **Prêmio UNESCO**, o **Prêmio Criança da Fundação Abrinq** e o **Prêmio Líbero Badaró**. Sua metodologia e tecnologia social foram reaplicadas em larga escala por meio da criação da **Rede ANDI Brasil** (2000–2013), com presença em 12 estados, e da **Rede ANDI América Latina**, fundada em 2003 e ativa em 13 países, fortalecendo a integração entre comunicação, políticas públicas e mobilização social.

Entre **2018 e 2021**, a ANDI assumiu a **Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)**: a maior rede de defesa da primeira infância no Brasil, composta por mais de 200 organizações e instituições públicas e privadas. Nesse período, coordenou projetos de grande alcance, como **“Primeira Infância é Prioridade”** e a **campanha “Criança é Prioridade nas Eleições”**, além de idealizar e lançar o **Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância** e apoiar a reedição de publicações fundamentais, como o *Plano Nacional pela Primeira Infância* e o *Guia para Elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância*. Essa experiência reforçou o papel da ANDI como articuladora entre Estado e sociedade civil, combinando comunicação estratégica, incidência política e produção de conhecimento aplicado.

Nos últimos anos, a ANDI ampliou sua rede de parcerias e reafirmou seu protagonismo como organização articuladora da sociedade civil. **Desde 2022**, juntamente com o Instituto Alana, exerce a **coordenação executiva do Movimento Agenda 227**, uma articulação nacional voltada à defesa da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas brasileiras. O movimento expandiu sua presença em todo o país e consolidou-se como um espaço de convergência e incidência política de referência no campo dos direitos da infância.

A atuação institucional da ANDI esteve orientada pelo fortalecimento de espaços coletivos de construção de políticas públicas e pela ampliação da participação da sociedade civil em processos decisórios nacionais e internacionais. Ao longo de 2025, a organização consolidou sua presença em redes, fóruns e coalizões estratégicas, coordenou a participação brasileira no Foro Ciudadano de las Américas (FCA-Brasil) e contribuiu para a formulação de propostas, recomendações e posicionamentos voltados

à promoção da democracia, da participação cidadã e da garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Essas iniciativas fortaleceram a capacidade de articulação institucional da ANDI e ampliaram sua atuação em agendas coletivas de incidência política.

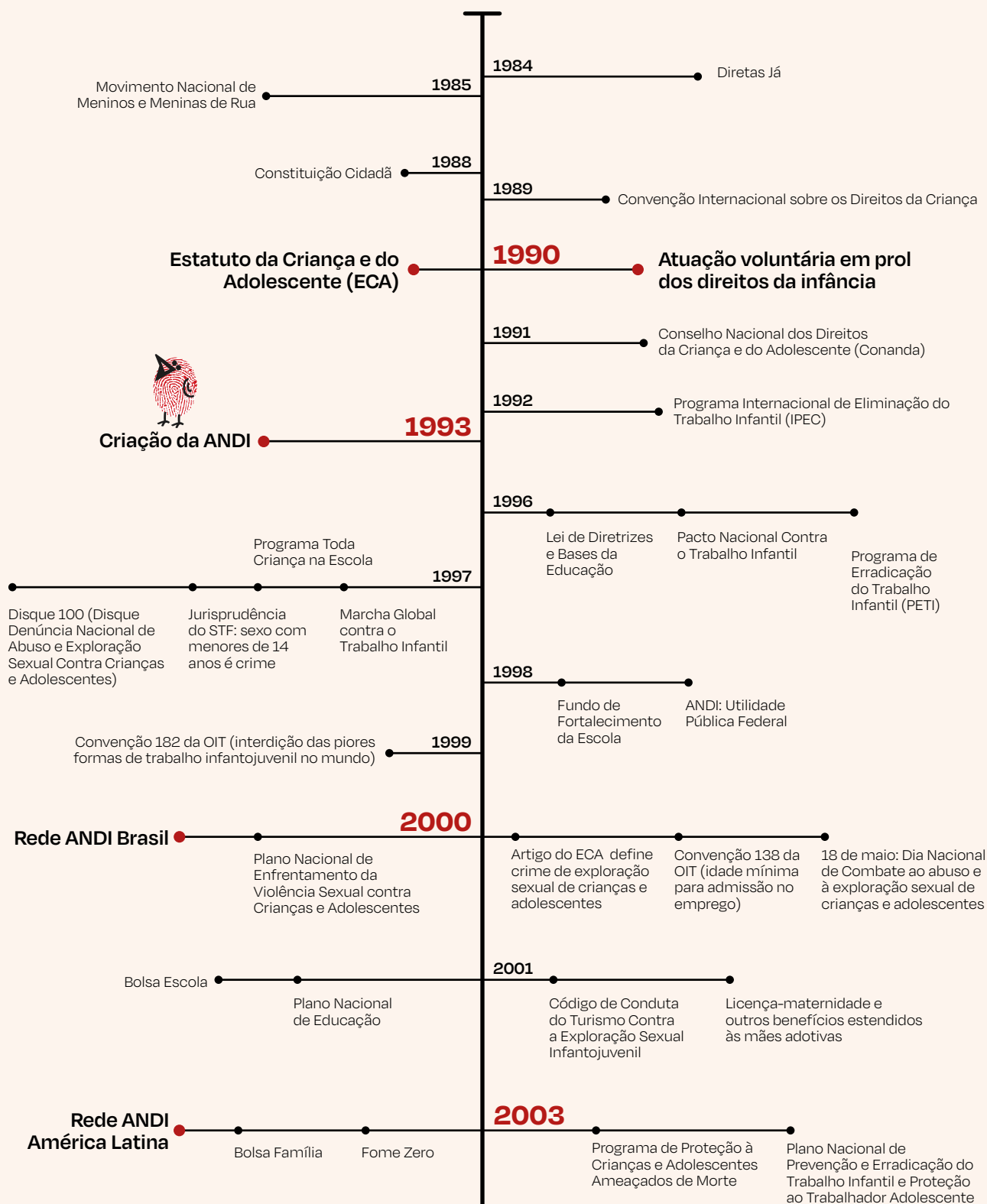
Entre 2023 e 2025, a ANDI ampliou significativamente sua atuação institucional, editorial e de advocacy. Nesse período, fortaleceu a coordenação do Movimento Agenda 227, liderando a campanha **Prioridade Absoluta nas Eleições Municipais de 2024**, que mobilizou organizações em todas as regiões do país, e avançou na construção e no monitoramento do **Plano País para a Infância e a Adolescência**. Em 2025, a organização também intensificou sua atuação na agenda da justiça climática, acompanhando os preparativos para a COP30 e promovendo a inserção dos direitos de crianças e adolescentes nas discussões sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.

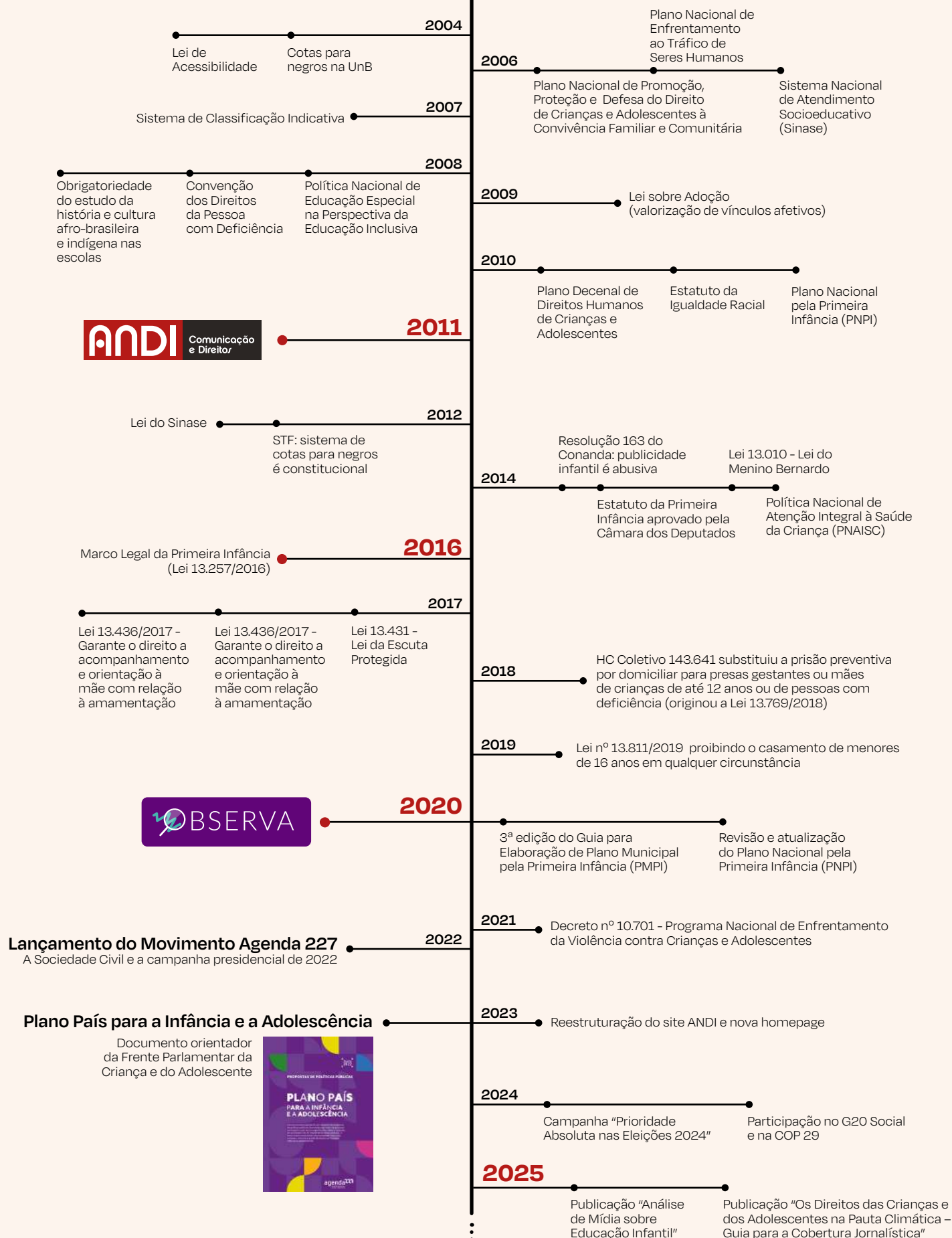
A produção de conhecimento permaneceu como um dos pilares da atuação institucional da ANDI. Ao longo de 2025, a organização lançou publicações voltadas à qualificação da cobertura jornalística e ao fortalecimento das políticas públicas, entre elas o estudo **“Análise de Mídia sobre Educação Infantil”**, o guia **“Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes na Pauta Climática – Guia para a Cobertura Jornalística”** e o guia **“Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática”**. Desenvolvidos em parceria com organizações nacionais e internacionais, esses materiais oferecem subsídios técnicos para jornalistas, gestores públicos, pesquisadores e organizações da sociedade civil, contribuindo para ampliar a circulação de informações qualificadas e fortalecer o debate público sobre educação infantil, justiça climática, participação infantojuvenil e direitos humanos.

Em conjunto, essas iniciativas evidenciam uma atuação integrada, na qual comunicação, pesquisa, produção editorial, articulação em redes e incidência política se complementam para ampliar o impacto institucional da ANDI. Ao fortalecer espaços de cooperação, produzir referências técnicas e qualificar o debate público sobre temas estratégicos para a infância e a adolescência, a organização reafirma sua posição como referência nacional e regional na promoção de uma comunicação comprometida com os direitos humanos e com a prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

Linha do Tempo

Esta linha do tempo demonstra a história da conquista de direitos no Brasil e registra alguns de seus marcos, na perspectiva de recompor o contexto socioeconômico e político que motivou a criação da ANDI, legitimou e continua a validar o trabalho da organização.





2. Introdução

Ao longo de 2025, a comunicação da ANDI seguiu seu papel como instrumento estratégico de incidência política, mobilização social e fortalecimento da agenda dos direitos de crianças e adolescentes. As ações desenvolvidas integraram comunicação institucional, advocacy, formação e articulação em rede, ampliando a visibilidade pública da organização e qualificando o debate sobre temas prioritários para a infância e a adolescência.

As atividades contemplaram a produção contínua de conteúdos para redes sociais, campanhas temáticas, materiais editoriais, boletins informativos, relacionamento com a imprensa e ações colaborativas com organizações da sociedade civil, universidades, jornalistas, especialistas e organismos nacionais e internacionais. Ao longo do ano, a estratégia privilegiou formatos diversificados: cards, vídeos, reels, campanhas digitais, lançamentos de publicações, transmissões, chamadas para eventos e conteúdos educativos fortalecendo o alcance e o engajamento dos diferentes públicos da instituição.

Entre os principais eixos de comunicação desenvolvidos destacam-se:

- fortalecimento da agenda da primeira infância e da proteção integral;
- enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;
- direitos digitais e proteção no ambiente on-line;
- incidência sobre políticas públicas e processos legislativos;
- justiça climática e os impactos da crise climática sobre crianças e adolescentes, em preparação para a COP30;
- comunicação para a promoção da equidade, diversidade e direitos humanos;
- qualificação da cobertura jornalística sobre infância e adolescência;
- divulgação de pesquisas, estudos e publicações técnicas produzidas ou apoiadas pela ANDI.

A estratégia de comunicação colaborativa foi significativamente ampliada por meio de ações em parceria ("collabs") com organizações da sociedade civil, redes temáticas, jornalistas, especialistas e instituições públicas, fortalecendo a capacidade de disseminação das mensagens institucionais e ampliando a incidência sobre públicos estratégicos, como gestores públicos, parlamentares, profissionais da imprensa, pesquisadores e organizações parceiras. Ao longo do ano foram realizadas dezenas de ações colaborativas envolvendo mais de uma centena de organizações e lideranças parceiras.

Entre as campanhas de maior relevância desenvolvidas em 2025 destacaram-se:

- mobilização pela proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e apoio à aprovação do PL nº 2.628/2022;
- campanha de enfrentamento ao PL nº 1.473/2025, em defesa do caráter socioeducativo das medidas aplicadas a adolescentes;
- mobilização pela derrubada dos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias relacionados ao financiamento das políticas públicas para a infância;
- campanha **#NãoÉMenor**, voltada à promoção de uma linguagem comprometida com os direitos humanos;
- ações de sensibilização sobre infância e crise climática, reforçando a participação de crianças e adolescentes nas discussões da COP30;
- campanhas sobre enfrentamento ao trabalho infantil, violência sexual, proteção digital, primeira infância, socioeducação e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.

A ANDI também fortaleceu sua atuação como promotora de conhecimento por meio da iniciativa **ANDI Indica**, dedicada à divulgação de cursos, pesquisas, publicações e oportunidades de formação em temas relacionados aos direitos humanos, comunicação, justiça climática, proteção digital, primeira infância, equidade racial e políticas públicas, consolidando seu papel como curadora de conteúdos qualificados para profissionais da comunicação, gestores públicos e organizações da sociedade civil.

Outro eixo estratégico foi o fortalecimento da relação com a rede de **Jornalistas Amigos da Criança (JACs)**, ampliando ações de reconhecimento, produção colaborativa de conteúdos e valorização do jornalismo comprometido com os direitos da infância e da adolescência. Paralelamente, foram produzidos conteúdos voltados à qualificação da cobertura jornalística sobre temas sensíveis, como trabalho infantil, violência sexual, ambiente digital e proteção integral.

Nos últimos anos, a ANDI ampliou sua atuação institucional, fortalecendo iniciativas de incidência política, produção de conhecimento e articulação em redes. Nesse período, consolidou a coordenação do Movimento Agenda 227, avançou no monitoramento do Plano País para a Infância e a Adolescência e intensificou sua atuação em agendas estratégicas, como justiça climática, direitos digitais e proteção integral de crianças e adolescentes.

Em 2025, a organização também reforçou seu papel na produção e disseminação de conhecimento técnico, lançando publicações voltadas à qualificação da cobertura jornalística e ao fortalecimento das políticas públicas, com destaque para os estudos e guias sobre educação infantil, mudanças climáticas e participação de crianças e adolescentes. Essas iniciativas reafirmam a comunicação, a pesquisa e a articulação institucional como pilares da atuação da ANDI, consolidando sua posição como referência nacional e regional na promoção dos direitos humanos e da prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

De forma integrada, as ações de comunicação contribuíram para ampliar a visibilidade institucional da ANDI, fortalecer sua capacidade de incidência política, ampliar o diálogo com parceiros estratégicos e consolidar a organização como referência nacional na produção e disseminação de informação qualificada sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Boa leitura!

3. Atuação em Redes e Espaços de Incidência Coletiva

Ano de execução: 2025

Ao longo de 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos fortaleceu sua atuação em redes, fóruns, coalizões e espaços de articulação interinstitucional voltados à promoção dos direitos humanos, da democracia e da garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A participação nesses ambientes colaborativos permaneceu como um eixo estratégico da organização, ampliando sua capacidade de incidência política, produção de conhecimento e construção de agendas coletivas em âmbito nacional e internacional.

Por meio dessa atuação em rede, a ANDI contribuiu para o desenvolvimento de posicionamentos conjuntos, da formulação de propostas para políticas públicas, do intercâmbio de experiências e do fortalecimento de iniciativas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, à equidade, à justiça social e ao fortalecimento da participação democrática.

Entre os principais espaços de representação, cooperação e incidência institucional dos quais a ANDI participou ao longo de 2025, destacam-se:

Entre os principais espaços de representação e cooperação, destacam-se:

- **Rede Nacional Primeira Infância (RNPI):** A ANDI integra o Grupo Diretivo Nacional da RNPI, tendo sido eleita com o maior número de votos entre as organizações participantes. Nesse espaço, contribui para a formulação de estratégias de incidência, fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância e qualificação da comunicação sobre o desenvolvimento integral de crianças de até seis anos.
- **Coalizão pela Socioeducação:** A ANDI integra essa articulação nacional, sendo inclusive parte da Coordenação Colegiada, composta por organizações da sociedade civil, defensorias públicas, pesquisadores e especialistas dedicados à defesa dos direitos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Sua atuação concentra-se especialmente nas frentes de comunicação, incidência legislativa e fortalecimento de políticas públicas comprometidas com os direitos humanos e a proteção integral.
- **Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes:** Participação em uma ampla articulação nacional voltada à prevenção e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, contribuindo para campanhas, posicionamentos públicos, produção de evidências e incidência em políticas de proteção. A Coalizão integra o movimento global End Violence Against Children, promovido pelas Nações Unidas.
- **Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva:** A ANDI participa dessa coalizão de organizações da sociedade civil que atua em defesa do direito à educação inclusiva, contribuindo para o debate público, a incidência legislativa e o fortalecimento de políticas educacionais baseadas na inclusão, na equidade e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes com deficiência.
- **Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH):** A ANDI participa das atividades da Comissão Permanente, colaborando em debates, audiências públicas e iniciativas voltadas à promoção da liberdade de expressão, do direito à comunicação e da proteção dos direitos humanos no ambiente midiático e digital, com especial atenção aos direitos de crianças e adolescentes.

- **Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC):** Vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Comitê reúne representantes da sociedade civil para acompanhar e aperfeiçoar a política de Classificação Indicativa. A ANDI contribui para o fortalecimento de mecanismos de proteção de crianças e adolescentes frente aos conteúdos audiovisuais e digitais, promovendo o equilíbrio entre liberdade de expressão e garantia de direitos.
- **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC):** A ANDI integra o FNDC, contribuindo para a defesa da democratização da comunicação, da diversidade de vozes, do direito à informação e da promoção de políticas públicas voltadas à comunicação democrática, especialmente na perspectiva dos direitos humanos e da proteção de crianças e adolescentes.
- **Grupo de Trabalho para o Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais:** Em 2025, a ANDI participou do grupo interinstitucional coordenado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), contribuindo para a elaboração de orientações sobre o uso saudável e seguro de tecnologias digitais por crianças e adolescentes, com foco na proteção integral, no desenvolvimento infantil e na promoção dos direitos no ambiente digital.

4. Agenda 227

Parceria: ANDI - Comunicação e Direitos juntamente com apoio da Fundação van Leer, Fundação FEAC, Fundação José Luiz Egydio Setubal (FJLES), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), Instituto Alana, Instituto Itaú Social e United Way Brasil.

Ano de execução: 2025

O ano de 2025 representou uma etapa de consolidação, amadurecimento institucional e preparação estratégica para o novo ciclo de incidência da Agenda 227. Após a mobilização nacional realizada nas Eleições Municipais de 2024, o movimento direcionou seus esforços para a continuidade da incidência junto às novas gestões municipais, o fortalecimento da governança interna, a finalização da Teoria de Mudança, o avanço do Monitoramento do Plano País para a Infância e a Adolescência e a preparação das estratégias para as eleições presidenciais e estaduais de 2026.

Ao longo do ano, a Agenda 227 atuou como espaço de articulação entre organizações da sociedade civil, parceiros investidores, redes temáticas, mobilizadoras locais e especialistas, reafirmando seu papel como movimento nacional voltado à defesa da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas e nas decisões de Estado. As ações desenvolvidas combinaram incidência política, mobilização territorial, formação técnica, produção de conhecimento, comunicação pública e fortalecimento de governança.

4.1. Principais frentes de atuação em 2025

Em 2025, a Agenda 227 estruturou sua atuação em torno de seis frentes principais:

- Continuidade da incidência municipal pós-eleições;
- Monitoramento do Plano País para a Infância e a Adolescência;
- Formação sobre orçamento público municipal;
- Fortalecimento da governança e elaboração da Teoria de Mudança;
- Redesenho dos Grupos de Trabalho;
- Preparação do Projeto 2026, com foco nas eleições presidenciais e estaduais.

A atuação municipal deu continuidade à campanha **Prioridade Absoluta nas Eleições Municipais 2024**, com atenção às cidades onde houve diálogo com candidaturas eleitas. O objetivo foi transformar os compromissos assumidos em oportunidades concretas de incidência nas gestões municipais, especialmente nos processos de planejamento, orçamento e fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes.

4.2. Mobilização e incidência municipal

A frente de mobilização municipal buscou manter vivo o diálogo construído em 2024 com candidaturas, organizações mobilizadoras e redes locais. Em 2025, a Agenda 227 acompanhou oportunidades de atuação em cidades como Curitiba, Belo Horizonte, Porto Velho, Fortaleza e outras capitais estratégicas, articulando organizações locais, conselhos de direitos e atores públicos.

Um dos principais avanços foi a realização do **Ciclo Formativo sobre Orçamento Público Municipal**, promovido em junho de 2025. A atividade contou com três encontros virtuais e mobilizou mais de 50 organizações das cinco regiões do país, com a participação de especialistas do INESC, UNICEF, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Centro Marista de Defesa da Infância, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, Hospital Pequeno Príncipe e Rede Cidadã.

O ciclo abordou o funcionamento do orçamento público, o ciclo orçamentário municipal, instrumentos como PPA, LDO e LOA, metodologias de acompanhamento do orçamento criança e adolescente e estratégias práticas de incidência local. A iniciativa fortaleceu a capacidade técnica das organizações signatárias para atuar na defesa de orçamentos sensíveis à infância e adolescência.

Em setembro, a Agenda 227 realizou o **Encontro Ampliado de Mobilização e Incidência Municipal**, com foco na escuta das organizações, troca de experiências locais e construção de estratégias replicáveis de incidência pós-eleitoral. O encontro reuniu experiências de diferentes regiões, incluindo organizações de Palmas, Porto Velho e Teresina, e apresentou possibilidades de atuação no ciclo orçamentário e no diálogo com o Sistema de Garantia de Direitos.

4.3. Monitoramento do Plano País para a Infância e a Adolescência

O Monitoramento do Plano País foi uma das principais entregas estruturantes de 2025. O processo foi conduzido com apoio de consultoria externa, sob coordenação da Equipe Executiva e da Colegiada, e envolveu os 22 Grupos de Trabalho temáticos da Agenda 227. Ao longo do ano, foram consolidadas mais de 500 metas elaboradas pelos GTs, das quais cerca de 75 a 80 foram selecionadas como prioritárias para a etapa inicial de monitoramento.

A metodologia considerou critérios como representatividade dos GTs, proporcionalidade, impacto potencial e equilíbrio entre avanços e desafios. O monitoramento foi baseado em indicadores, atos oficiais, bases públicas, documentos governamentais, dados ministeriais e registros do Executivo e do Legislativo.

Entre setembro e dezembro, o processo entrou em fase conclusiva, com sistematização dos dados, revisão técnica, definição da estratégia de lançamento e organização da comunicação pública. A decisão da governança foi realizar o lançamento público no início de 2026, preservando a qualidade técnica do material e ampliando seu potencial de incidência junto ao governo federal, imprensa, parceiros e sociedade civil.

Link: <https://drive.google.com/file/d/17X4WtpE8furaSdImrY6FJTY5jcqjAsbc/view>

4.4. Teoria de Mudança e fortalecimento institucional

Outro marco de 2025 foi a conclusão da **Teoria de Mudança da Agenda 227**, processo iniciado em 2024 e finalizado no primeiro semestre de 2025. A construção envolveu entrevistas, questionários, oficinas e contribuições das organizações signatárias, mobilizadoras e integrantes da governança.

A reunião do GCA de 15 de maio marcou o encerramento desse ciclo, com validação coletiva dos principais marcos, estratégias e consensos construídos ao longo do processo. A Teoria de Mudança passou a funcionar como referência estratégica para orientar a atuação do movimento, organizar prioridades e apoiar o planejamento do ciclo eleitoral de 2026.

4.5. Redesenho dos Grupos de Trabalho

Ao longo do segundo semestre, a Agenda 227 avançou no redesenho dos Grupos de Trabalho, com o objetivo de fortalecer a articulação entre temas, reduzir sobreposições e promover uma atuação mais integrada e intersetorial. A proposta foi construída a partir de escutas com coordenadores de GTs, debates na Colegiada e apresentação ao GCA.

O redesenho buscou organizar os GTs em núcleos temáticos, preservando a identidade dos grupos, mas favorecendo maior sinergia entre pautas como saúde, nutrição, violência, socioeducação, igualdade racial, gênero, povos tradicionais, clima, educação e proteção social. A reorganização também foi pensada como base para a construção de uma agenda mais sintética e estratégica para 2026.

4.6. Comunicação e engajamento público

A comunicação da Agenda 227 seguiu como eixo transversal de apoio à incidência política, à mobilização e à transparência do movimento. Em 2025, foram previstas ações como início da reformulação do site, produção de boletins mensais, ampliação da presença nas redes sociais, campanhas temáticas sobre COP30, direitos digitais e prioridade absoluta nas políticas municipais, além do apoio às mobilizadoras com materiais padronizados.

No segundo semestre, a comunicação ganhou centralidade na preparação do lançamento do Monitoramento do Plano País. A estratégia foi organizada em etapas, combinando divulgação institucional, articulação com imprensa, produção de pílulas de conteúdo, definição de porta-vozes por eixo temático e uso dos canais próprios da Agenda 227, como site, redes sociais, mailing e mídia paga.

4.7. Preparação do Projeto 2026

A partir de agosto, a Agenda 227 iniciou a formulação do Projeto 2026, voltado à incidência nas eleições presidenciais e estaduais. O escopo inicial foi apresentado à Colegiada e estruturado em quatro eixos: fortalecimento institucional e alinhamento político-estratégico; mobilização nacional e incidência nas eleições presidenciais; mobilização local e incidência nas eleições estaduais; e comunicação e articulação com a imprensa.

Entre setembro e dezembro, foram realizadas reuniões com financiadores atuais e potenciais parceiros para apresentação do projeto, incluindo Fundação Van Leer, Instituto Alana, Instituto Infnis, Fundação Itaú, Fundação FEAC, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus, Childhood, Fundação Tide Setubal, Instituto Liberta e Instituto Rodrigo Mendes. Até dezembro, já havia R\$ 800 mil confirmados para 2026, de um orçamento total estimado em R\$ 1.460.000,00.

4.8. Governança da Agenda 227 em 2025

A governança da Agenda 227 manteve funcionamento regular ao longo do ano, com reuniões da Equipe Executiva, da Colegiada e do Grupo de Coordenação e Articulação (GCA). As reuniões foram fundamentais para acompanhar entregas, validar estratégias, organizar processos coletivos e garantir a participação das organizações parceiras na condução política do movimento.

4.8.1. Quantitativo de reuniões registradas

Instância	Periodicidade registrada	Quantidade estimada em 2025	Observação
Equipe Executiva	Semanal, às segundas-feiras	cerca de 50 reuniões	Espaço operacional de acompanhamento contínuo
Colegiada	Mensal, com reuniões adicionais em alguns períodos	pelo menos 9 reuniões formais registradas	Espaço de alinhamento estratégico e deliberação
GCA	Bimestral/semestral, com ajustes no segundo semestre	pelo menos 6 reuniões registradas	Espaço ampliado de coordenação, escuta e validação
GTs e núcleos temáticos	Conforme demanda	dezenas de encontros	Monitoramento do Plano País, orçamento, redesenho e pautas temáticas

4.8.2 Reuniões do GCA em 2025

Data	Principais pautas	Encaminhamentos e resultados
23/01/2025	Estratégias de incidência política e comunicação para 2025; captação; mobilização municipal; monitoramento do Plano País.	Definição de reuniões bimestrais no primeiro semestre; atualização de recursos captados; previsão de atuação piloto em seis cidades; planejamento do produto de monitoramento.
20/03/2025	Monitoramento do Plano País; reativação do GT Orçamento; Teoria de Mudança; informes sobre COP30 e primeira infância.	Definição de etapas metodológicas do monitoramento; estruturação de ciclo formativo em orçamento; encaminhamento da oficina de Teoria de Mudança.
15/05/2025	Oficina final da Teoria de Mudança.	Validação coletiva da Teoria de Mudança e encerramento de ciclo estratégico de escuta, sistematização e construção de consensos.
17/07/2025	Monitoramento do Plano País; Encontro Nacional; Ciclo Formativo de Orçamento; regularidade das reuniões.	Apresentação do avanço do monitoramento; registro de mais de 500 metas consolidadas e cerca de 75 selecionadas; discussão sobre encontro presencial e preparação para 2026.
16/10/2025	Monitoramento do Plano País; Projeto 2026; comunicação; nota da Coalizão pela Educação Inclusiva.	Validação de estratégia de lançamento do monitoramento em 2026; apresentação do Projeto 2026; encaminhamento de nota técnica às signatárias.
27/11/2025	Redesenho dos GTs; Monitoramento do Plano País; Encontro Nacional 2026; captação.	Encaminhamentos para reorganização dos GTs em núcleos, definição do Encontro Nacional em fevereiro de 2026 e atualização dos recursos confirmados.

4.8.3 Reuniões da Colegiada em 2025

Data	Principais pautas	Encaminhamentos e resultados
30/01/2025	Metodologia de monitoramento do Plano País; seleção de metas prioritárias; atos oficiais e bases públicas.	Definição de aproximadamente 75 metas prioritárias e estruturação do processo com GTs.
20/02/2025	Monitoramento do Plano País; captação; Teoria de Mudança.	Definição da periodicidade mensal da Colegiada e ajuste da oficina de Teoria de Mudança.
27/02/2025	COP30 e COP das Crianças; articulações com Alana, Urban95 e ICLEI.	Encaminhamentos para apoio da Agenda 227 na divulgação e mobilização dos materiais ligados à COP das Crianças.
08/05/2025	Metodologia de monitoramento; núcleos temáticos; GT Orçamento; ciclo formativo.	Aprovação da estratégia de contato individualizado com GTs; planejamento de três oficinas virtuais sobre orçamento público.
26/06/2025	Balanco do ciclo formativo; atualização do monitoramento; captação para encontro nacional.	Registro da participação de mais de 50 organizações no ciclo; avaliação da situação dos GTs; proposta de encontro presencial para planejamento estratégico.
14/08/2025	PL 2.628/2022; Projeto 2026; orçamento preliminar.	Discussão sobre mobilização pelo PL 2.628/2022; apresentação dos quatro eixos do Projeto 2026; solicitação de orçamento preliminar.

Data	Principais pautas	Encaminhamentos e resultados
09/10/2025	Monitoramento do Plano País; assessoria de imprensa; documento de incidência estadual; captação.	Definição de lançamento do monitoramento em 2026; debate sobre documento estadual; atualização das tratativas com financiadores.
18/12/2025	Captação 2026; lançamento do Monitoramento; porta-vozes; Encontro Nacional.	Confirmação parcial de recursos; definição de lançamento público do monitoramento em janeiro de 2026; organização de porta-vozes por eixo; definição do Encontro Nacional para fevereiro de 2026.

4.9. Síntese dos principais resultados de 2025

Ao final de 2025, a Agenda 227 encerrou o ano com importantes avanços institucionais e políticos:

- Continuidade da incidência municipal iniciada nas eleições de 2024;
- Realização do primeiro Ciclo Formativo sobre Orçamento Público Municipal;
- Mobilização de mais de 50 organizações das cinco regiões do país em formação técnica;
- Consolidação de mais de 500 metas do Plano País e seleção de cerca de 75 a 80 metas prioritárias para monitoramento;
- Conclusão da Teoria de Mudança;
- Avanço no redesenho dos 22 Grupos de Trabalho em núcleos temáticos;
- Realização do Encontro Ampliado de Mobilização e Incidência Municipal;
- Preparação do Projeto 2026, com orçamento estimado em R\$ 1,46 milhão;
- Confirmação inicial de R\$ 800 mil para o ciclo 2026;
- Definição da estratégia de lançamento público do Monitoramento do Plano País;
- Fortalecimento da governança por meio da atuação articulada da Equipe Executiva, Colegiada e GCA.

4.10. Encerramento e perspectivas

O ano de 2025 consolidou a Agenda 227 como um movimento mais maduro, estruturado e preparado para transformar conhecimento técnico em incidência política. A combinação entre monitoramento de políticas públicas, formação em orçamento, mobilização territorial, comunicação estratégica e governança participativa fortaleceu a capacidade do movimento de atuar de forma coordenada na defesa da prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

Com a finalização do Monitoramento do Plano País, a organização do Encontro Nacional de fevereiro de 2026 e a mobilização de recursos para o novo projeto, a Agenda 227 encerra o ano preparada para incidir no ciclo eleitoral de 2026, ampliando sua atuação junto a candidaturas presidenciais, governos estaduais, parlamentos, gestores públicos, organizações sociais e imprensa.

5. Foro Ciudadano de las Américas | FCA Brasil

Parceria: RedLad

Ano de execução: 2025

A ANDI – Comunicação e Direitos segue atuando como ponto focal do Foro Ciudadano de las Américas (FCA) no Brasil, coordenando o Cenário Nacional do FCA-Brasil, espaço que reúne organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa da democracia, da participação social, dos direitos humanos e do fortalecimento das instituições democráticas.

A iniciativa integra a estratégia regional da RedLad, voltada ao fortalecimento da participação da sociedade civil nos processos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Cúpula das Américas, ampliando os canais de diálogo entre governos, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Em 2025, a atuação concentrou-se na preparação da participação brasileira na X Cúpula das Américas, fortalecendo a interlocução entre o Cenário Nacional, o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria da Cúpula das Américas da OEA.

Objetivos e estratégia de atuação

Durante 2025, a ANDI coordenou ações destinadas a fortalecer o Cenário Nacional do FCA-Brasil, promovendo a articulação entre organizações da sociedade civil e ampliando sua participação nos processos de construção da agenda da Cúpula das Américas.

As atividades priorizaram:

- Fortalecimento institucional do Cenário Nacional do FCA-Brasil;
- Ampliação do diálogo entre sociedade civil brasileira, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria da Cúpula das Américas da OEA;
- Coordenação da participação brasileira nas consultas públicas preparatórias da X Cúpula das Américas;
- Elaboração de contribuições técnicas, recomendações e posicionamentos da sociedade civil brasileira para subsidiar os debates da Cúpula;
- Disseminação de oportunidades de formação, cursos e atividades promovidas pela RedLad, OEA e organizações parceiras, estimulando a participação das entidades integrantes do Cenário Nacional.

Atividades em destaque – 2025

Ao longo do ano, destacaram-se as seguintes iniciativas:

- Maio: realização de reunião presencial com a Embaixadora responsável pela coordenação da Cúpula das Américas no Brasil, fortalecendo o diálogo institucional entre o Cenário Nacional do FCA e o Ministério das Relações Exteriores.
- Junho: participação no diálogo aberto “Construindo um Hemisfério Seguro, Sustentável e de Prosperidade Compartilhada”, promovido no âmbito do processo preparatório da Cúpula das Américas, além de reunião técnica com representantes da Secretaria da Cúpula das Américas da OEA para alinhamento da consulta à sociedade civil brasileira.
- Julho: organização da Consulta Nacional Brasileira sobre a X Cúpula das Américas, realizada em formato híbrido, reunindo representantes da sociedade civil para construção coletiva de recomendações destinadas ao processo oficial da Cúpula.

Resultados e impactos

As ações desenvolvidas em 2025 contribuíram para:

- Fortalecer institucionalmente o Cenário Nacional do FCA-Brasil como espaço permanente de articulação da sociedade civil;
- Ampliar a interlocução entre organizações brasileiras, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria da Cúpula das Américas da OEA;
- Consolidar mecanismos de participação social no processo preparatório da X Cúpula das Américas;
- Produzir insumos técnicos, recomendações e posicionamentos da sociedade civil brasileira para os debates hemisféricos;
- Ampliar a circulação de informações, oportunidades de formação e atividades promovidas pela RedLad, OEA e organizações parceiras entre as entidades integrantes do Cenário Nacional;
- Reafirmar o papel da ANDI como articuladora da participação da sociedade civil brasileira nos processos interamericanos relacionados à democracia, participação cidadã e direitos humanos.

6. Publicação “Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes na Pauta Climática – Guia para a Cobertura Jornalística”

Parceria: Act For Early Years e Fundação Van Leer

Ano de execução: 2025

Em 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos produziu a publicação **“Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes na Pauta Climática – Guia para a Cobertura Jornalística”**, iniciativa desenvolvida para fortalecer a cobertura jornalística sobre a interface entre mudanças climáticas e os direitos de crianças e adolescentes, em um contexto marcado pela realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), sediada no Brasil. A publicação reafirma o compromisso institucional da ANDI com a qualificação da comunicação pública e com a promoção dos direitos humanos por meio da disseminação de conhecimento técnico e acessível.

Elaborado pela equipe editorial da ANDI, o guia reúne informações técnicas, referências normativas e orientações práticas para jornalistas, comunicadores e criadores de conteúdo interessados em abordar a pauta climática sob a perspectiva da infância e da adolescência. O material contextualiza o funcionamento das Conferências das Partes (COPs), apresenta a política climática brasileira, discute os impactos desproporcionais da crise climática sobre crianças e adolescentes e evidencia a importância da participação desse público nos processos de formulação de políticas ambientais.

A publicação também oferece subsídios para uma cobertura jornalística qualificada, reunindo sugestões de pautas, conceitos fundamentais, glossário de termos, orientações para a cobertura da COP30 e um amplo guia de fontes, com organizações nacionais e internacionais especializadas em mudanças climáticas, direitos da infância, justiça climática e negociações internacionais. O conteúdo foi estruturado para apoiar tanto profissionais que acompanharão presencialmente a COP30 quanto aqueles que realizarão cobertura remota, contribuindo para ampliar a visibilidade da agenda climática sob a ótica dos direitos de crianças e adolescentes.

A produção envolveu coordenação editorial, pesquisa, revisão técnica, projeto gráfico e diagramação, resultando em uma publicação de referência para profissionais da comunicação, pesquisadores, organizações da sociedade civil e gestores públicos. Com essa iniciativa, a ANDI fortalece sua atuação na promoção de narrativas comprometidas com a proteção integral de crianças e adolescentes e contribui para inserir a perspectiva da infância no debate público sobre justiça climática e desenvolvimento sustentável.

Link da Publicação: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2025/08/andi.org.br-guia-infancias-e-clima-andi-31jul2025-guia-infancias-e-clima-andi-31jul2025.pdf>

7. Publicação “Análise de Mídia sobre Educação Infantil”

Parceria: Fundação Bracell (iniciativa) e Associação de Jornalistas de Educação – Jeduca (apoio técnico)

Em 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos publicou o estudo **“Análise de Mídia sobre Educação Infantil”**, desenvolvido com iniciativa da Fundação Bracell e apoio técnico da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca). A publicação teve como objetivo analisar como a imprensa brasileira tem abordado a Educação Infantil, identificando tendências, lacunas e oportunidades para qualificar o debate público sobre um direito fundamental das crianças e um tema estratégico para o desenvolvimento do país.

A pesquisa examinou **5.116 notícias** publicadas entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024 em **19 veículos de comunicação**, incluindo jornais de alcance nacional, veículos regionais e portais de notícias. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo, o estudo investigou os principais temas abordados, o enquadramento das matérias, os focos centrais da cobertura, as fontes consultadas, a presença de estatísticas e referências legais, além de comparar os resultados com levantamento anterior realizado pela ANDI sobre cobertura jornalística em educação.

Os resultados evidenciam que a Educação Infantil conquistou maior visibilidade na imprensa, especialmente nos veículos regionais e locais, mas a cobertura permanece fortemente influenciada por acontecimentos extraordinários, como episódios de violência em escolas. O estudo demonstra que temas relacionados ao acesso às vagas e à infraestrutura recebem maior destaque, enquanto aspectos centrais para a garantia do direito à Educação Infantil de qualidade como desenvolvimento infantil, práticas pedagógicas, qualidade da oferta, diversidade e equidade ainda aparecem de forma limitada no noticiário.

Além do diagnóstico da cobertura jornalística, a publicação apresenta recomendações para fortalecer o tratamento da pauta pela imprensa, estimulando abordagens mais contextualizadas e orientadas por evidências. O material busca contribuir para ampliar a compreensão pública sobre a importância da Educação Infantil e apoiar jornalistas, pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil na construção de uma agenda de comunicação comprometida com os direitos da primeira infância.

A produção envolveu coordenação técnica, pesquisa, sistematização e análise de dados, redação editorial, revisão técnica, projeto gráfico e diagramação, consolidando uma publicação inédita que oferece subsídios para o aperfeiçoamento da cobertura jornalística sobre Educação Infantil no Brasil. Com essa iniciativa, a ANDI reafirma sua atuação na produção de conhecimento estratégico e na promoção de uma comunicação comprometida com os direitos de crianças e adolescentes e com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância.

Link da publicação: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2025/10/andi.org.br-analise-de-midia-sobre-educacao-infantil-amei-29set2025-3.pdf>

8. Guia "Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática"

Parceria: Instituto Alana (realização), ANDI – Comunicação e Direitos (realização), com parceria estratégica da Act For Early Years e Fundação Van Leer.

Ano de execução: 2025

Em 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com o Instituto Alana, lançou o guia **"Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática"**, voltado a jornalistas, assessores de imprensa, criadores de conteúdo e mediadores de debate. Produzido a partir da publicação. *Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática – guia para a cobertura jornalística*, o material reúne recomendações práticas para qualificar entrevistas com crianças e adolescentes em coberturas relacionadas à crise climática, especialmente em eventos de grande relevância internacional, como a COP30.

O guia parte do reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e agentes de transformação, embora permaneçam historicamente invisibilizados nos processos de decisão sobre mudanças climáticas. Fundamentado na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, o material reafirma o direito à participação efetiva desse público nos debates sobre clima e orienta profissionais da comunicação a promoverem uma escuta qualificada, ética e respeitosa.

A publicação está estruturada em três momentos da cobertura jornalística — **antes, durante e depois da entrevista** — apresentando orientações sobre obtenção de autorização e consentimento, proteção da privacidade e dos dados pessoais, condução sensível de entrevistas, prevenção à revitimização, respeito às diferentes formas de expressão e valorização do protagonismo de crianças e adolescentes. O material também orienta jornalistas a evitarem abordagens sensacionalistas, estereótipos e narrativas que infantilizem ou reduzam a legitimidade política das falas de crianças e adolescentes.

Além de estabelecer parâmetros éticos para a cobertura jornalística, o guia incentiva a divulgação de soluções e iniciativas lideradas por crianças e adolescentes, destacando experiências de participação em escolas, comunidades e espaços de incidência política. Também recomenda cuidados editoriais após a entrevista, como preservar o contexto das falas, evitar narrativas de vitimização, utilizar linguagem inclusiva e compartilhar o resultado da publicação com os entrevistados e suas organizações representativas.

A elaboração da publicação envolveu pesquisa normativa, sistematização de boas práticas nacionais e internacionais, produção de conteúdo técnico, redação editorial, revisão especializada, ilustração e projeto gráfico, resultando em um material de referência para profissionais da comunicação comprometidos com uma cobertura jornalística baseada nos direitos humanos, na participação cidadã e na proteção integral de crianças e adolescentes diante da emergência climática. Com esta iniciativa, a ANDI fortalece sua atuação na promoção de uma comunicação ética e qualificada, contribuindo para ampliar a presença das vozes de crianças e adolescentes no debate público sobre justiça climática.

Link da Publicação: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2025/11/andi.org.br-como-entrevistar-criancas-e-adolescentes-sobre-a-pauta-climatica-onepager-entrevistar-criancas-adolescentes-clima.pdf>

9. Comunicação ANDI

Ano de execução: 2025

A comunicação segue sendo instrumento estratégico para a missão da ANDI – Comunicação e Direitos. Em 2025, continuamos articulando informação de qualidade, incidência política e mobilização social para colocar as demandas de crianças, adolescentes e juventudes no centro das decisões públicas. Este relatório sistematiza as principais ações de comunicação realizadas em 2025, apresentando resultados e aprendizados. O documento destaca ações digitais, campanhas temáticas, produções editoriais, parcerias estratégicas e a presença da ANDI na imprensa e em espaços de decisão.

O relatório foi elaborado a partir do cruzamento de fontes internas e externas: exportações de métricas das redes sociais, dados do *Google Analytics* do site, registros de envio do boletim Infância na Mídia, *clipping* de imprensa e relatórios de campanhas. A seleção de *cases* consideraram impacto, alcance e relevância estratégica para a agenda da infância.

9.1. Ações de Comunicação em Destaque no Instagram da ANDI

9.1.1. *Collabs* e parcerias digitais

Em 2025, a ANDI ampliou e qualificou sua estratégia de colaborações digitais (*collabs*), utilizando as redes sociais como espaço de articulação com organizações da sociedade civil, coletivos, veículos especializados e parceiros institucionais. As *collabs* foram utilizadas tanto para dar visibilidade a agendas prioritárias da infância e adolescência quanto para potencializar o alcance de campanhas, eventos, publicações e posicionamentos públicos.

As ações colaborativas permitiram ampliar significativamente a circulação de conteúdos estratégicos, fortalecer narrativas baseadas em direitos e evidências e alcançar públicos para além da base orgânica da ANDI, contribuindo para a incidência qualificada no debate público. Ao compartilhar autoria e audiência, as *collabs* reforçaram o papel da ANDI como articuladora de redes e referência em comunicação sobre direitos de crianças e adolescentes.

Ao longo do ano, as colaborações contemplaram diferentes formatos — *cards*, vídeos, *reels*, chamadas para eventos, lançamentos e mobilizações temáticas — e estiveram associadas a agendas como primeira infância, educação, proteção digital, justiça, participação de crianças e adolescentes e enfrentamento das desigualdades. Em diversos casos, as *collabs* estiveram integradas a ações *offline*, como seminários, campanhas e publicações, fortalecendo a coerência entre comunicação digital e incidência institucional.

Em termos de resultados, as *collabs* contribuíram para o aumento do alcance médio das publicações, maior engajamento e diversificação de públicos alcançados, especialmente jornalistas, gestores públicos, pesquisadores e organizações parceiras. Os dados consolidados de alcance e interações reforçam a importância das parcerias digitais como ferramenta estratégica da política de comunicação da ANDI em 2025.

Mês	Nº de Collabs	Parceiros	Formatos	Temas abordados
Janeiro	3	Amanda Sadalla, Coalizão Direitos na Rede, Fenaj, Livre de Assédio, RNPI	ANDI Indica, Pauta	Desinformação, Direitos Digitais, Jornalismo, Violência contra a mulher
Fevereiro	9	Climainfo, Coalizão pelo Clima, Faça Bonito, FNPETI, Instituto Vladimir Herzog, Larissa Neves, MapBiomias, Miriam Pragita, Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, Rede Nacional Criança não é de rua, RNPI, Rede Não Bata, Eduque	Agenda 227, ANDI Indica, Campanha, Data Comemorativa, Projeto de Lei	Abandono, Aprendizado, Aquecimento global, Carnaval, COP 30, Crianças e Adolescentes em situação de rua, Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Meio Ambiente, Primeira Infância, Proteção
Março	3	Ana Potyara, Fenaj, FNPETI, InfoAmazonia	ANDI Indica, Dicas para cobertura, Lançamento	Cobertura jornalística, COP 30, Dispositivos Digitais, Trabalho Infantil, Uso Consciente de Telas
Abril	4	Aline Falco, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Eu Me Protejo, RNPI, Instituto DuClima, Miriam Pragita	Campanha, Lançamento	COP 30, Direitos Infantojuvenis, Mudanças Climáticas, Pauta Climática, Riscos Climáticos, Violência Sexual
Maio	9	Agenda 227, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Eu Me Protejo, Faça Bonito, IPA Brasil, Miriam Pragita, RNPI	ANDI Indica, Campanha, Data Comemorativa, Institucional	18 de Maio, Abuso, Brincar, COP 30, Desenvolvimento, Exploração Sexual, Fotojornalismo, Mudanças Climáticas, Prioridade Absoluta, Proteção às Infâncias, Sebastião Salgado, Sujeitos de Direitos, Violência Sexual
Junho	11	Ana Potyara, ANCED, Artigo 19, CECIP, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Coalizão Clica, Coalizão pela Socioeducação, Faça Bonito, FNPETI, GAJOP, Instituto DuClima, Intervozes, Justiça do Trabalho, Mabel Dias, Ministério do Trabalho e Emprego, OIT, Proteção Integral, Rede Não Bata, Eduque, RNPI, TST	ANDI Indica, Campanha, Data Comemorativa, Institucional, Pauta	Classificação Indicativa, Crise Climática, Educação sem Violência, Meio Ambiente, Programas Policiais, Redes Sociais, Sistema Socioeducativo, Trabalho Infantil, Violações de Direitos
Julho	8	Agenda 227, Ana Potyara, Coalizão Clica, Instituto DuClima, Marcos Urupá, NEIJ CEAM UnB, Rede Brincar, REDLAD, RNPI, Somos Criança	Agenda 227, ANDI Indica, Data Comemorativa, Eventos, Institucional	Brincar, Cúpula das Américas, Direitos de Crianças e Adolescentes, Estatuto da Criança e do Adolescente, Interculturalidade, Mudanças Climáticas, Primeira Infância, Vacinação
Agosto	13	Amamenta Brasília, Coalizão Brasileira, Coalizão Clica, Coalizão pela Socioeducação, Coletivo Colo, Dhesca Brasil, DiraCom, Direitos na Rede, Family Talks, IAB Brasil, Instituto DuClima, Intervozes, ONG Prematuridade.com, Rede REcria, REPI-MG, REPI-PE, REPI-RS, RNPI, SBPJor, United Way	ANDI Indica, Campanha, Data Comemorativa, Dicas para cobertura, Lançamento, Pauta	Adultização, Aleitamento materno, Amamentação, COP 30, Crise Climática, Cuidado, Infância, Internet, Mudanças Climáticas, Parentalidade, PL 2628/2022, PL 1473/2025, Políticas Públicas, Primeira Infância, Socioeducação, Violência
Setembro	12	Agenda 227, AMSK Brasil, ANCED, Anna Luiza Calixto, Coalizão Brasileira, Coalizão Clica, Coalizão pela Socioeducação, Coletivo Colo, Conanda, Faça Bonito, FENAJ, FNPETI, GAJOP, Museu das Águas Brasileiras, NEIJ Ceam UnB, Raquel Ribeiro, Rede Justiça Criminal, Rede Não Bata, Eduque, Rede REcria, RNPI	ANDI Indica, Campanha, Data Comemorativa, Pauta	#NãoÉMenor, COP 30, Desenvolvimento Infantil, Diálogos Romani, Doação de Órgãos, LDO, Medidas Socioeducativas, PL 1.473/2025, Saúde Mental, Setembro Amarelo, Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), Sistema Socioeducativo, Transplantes, Violações de direitos humanos

Mês	Nº de Collabs	Parceiros	Formatos	Temas abordados
Outubro	15	Abej, Abraji, Aliança pela Infância, Ana Potyara, Brincar é Direito, Coalizão Brasileira, Coletivo Colo, Fenaj, FNPETI, Jeduca, Maria Carolina Trevisan, NEIJ Ceam UnB, RNPI, SBPJor, Suzana Varjão, Thiago Vinicius, 4Daddy	ANDI Indica, Campanha, Evento, Lançamento, Pauta	#NãoÉMenor, Ambiente Digital, Criança e adolescente, Comunicação, Cultura de Paz, Educação Infantil, Jornalismo, Linguagem, Proteção, Sujeitos de Direitos, Violência nas escolas
Novembro	5	Coalizão pela Socioeducação, Coletivo Colo, Fenaj, GAIOP, Núcleo Espiral, Projeto ONDA, Inesc, RNPI	ANDI Indica, Campanha, Lançamento	#NãoÉMenor, Comunidades Tradicionais, COP 30, Direitos Indígenas, Infâncias e Adolescências, Jornalismo, Pauta Climática, Quilombolas, Sistema Socioeducativo
Dezembro	8	Coalizão Brasileira, Coletivo Colo, Dayana Morais, Fenaj, IBEGESP, Instituto Liberta, Maria Carolina Cristianini, Miriam Pragita, Monalisa Conselheira Tutelar, Plan International Brasil, Rede RECREIA, REPI-MG, REPI-RS, RNPI	ANDI Indica, Campanha, Data Comemorativa, Institucional, Pauta	#NãoÉMenor, Assédio, Casamento Infantil, Comunicação, Criança e Adolescente, Educação, Homeschooling, Linguagem, Mulher, Racismo Religioso, Violação de Direitos, Violência de Gênero



12.887 visualizações



20.317 visualizações



5.864 visualizações



61.302 visualizações



30.843 visualizações



18.696 visualizações



3.186 visualizações



7.182 visualizações



9.163 visualizações



14.934 visualizações



5.809 visualizações



7.429 visualizações



7.900 visualizações



19.742 visualizações



11.332 visualizações



13.062 visualizações



187.217 visualizações



10.960 visualizações



7.386 visualizações



9.506 visualizações



8.193 visualizações



6.084 visualizações



2.444 visualizações



4.743 visualizações

9.1.2. Case especial: Infância, crise climática e COP 30

Ao longo do ano, a ANDI dedicou uma série de posts especiais à relação entre infância, adolescência e crise climática, reconhecendo a centralidade desse debate em um ano marcado pela realização da COP 30 no Brasil. As publicações tiveram como objetivo evidenciar os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre crianças e adolescentes, qualificar o debate público e reforçar a necessidade de incluir a prioridade absoluta dos direitos da infância nas agendas ambientais.

Os conteúdos abordaram dados e evidências sobre os efeitos de eventos climáticos extremos na vida escolar e no direito à educação. Foram destacados, por exemplo, os impactos de ondas de calor, secas e inundações sobre o funcionamento das escolas, o aprendizado, a saúde física e mental de estudantes e a permanência escolar — especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social. As publicações também chamaram atenção para o agravamento de desigualdades já existentes, com impactos mais severos sobre meninas, crianças negras, indígenas e aquelas que vivem em territórios periféricos e rurais.

No contexto brasileiro, os posts trouxeram reflexões sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, a seca na Amazônia e outras emergências climáticas recentes, evidenciando como esses eventos afetam diretamente milhões de crianças e adolescentes e exigem respostas articuladas dos governos nas áreas de educação, proteção social, saúde e infraestrutura escolar. A ANDI destacou a necessidade de políticas públicas de mitigação de riscos e adaptação climática que considerem a escola como espaço estratégico de proteção e cuidado.

A proximidade da COP 30 foi utilizada como eixo estruturante da comunicação, reforçando a conferência como uma oportunidade histórica para incluir crianças e adolescentes como grupo prioritário na agenda climática global. As publicações ressaltaram que, embora sejam os menos responsáveis pela crise, meninas e meninos estão entre os mais afetados por seus impactos e, ao mesmo tempo, seguem com pouca participação nos processos decisórios.

Nesse contexto, a ANDI divulgou e promoveu o guia “Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática: Guia para a cobertura jornalística”, reforçando seu compromisso com a qualificação da cobertura da imprensa e com a construção de narrativas que articulem justiça climática, direitos humanos e proteção integral. Os posts também dialogaram com iniciativas de participação infantojuvenil, como as MiniCOPs, valorizando o protagonismo de crianças e adolescentes na formulação de propostas e soluções para a crise climática.

Ao articular dados, incidência política e comunicação estratégica, os posts especiais sobre infância e clima contribuíram para posicionar a ANDI como referência no debate público sobre os impactos das mudanças climáticas sobre crianças e adolescentes e para fortalecer a defesa da prioridade absoluta da infância no contexto da COP 30 e além dela.

	Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
	A crise climática e a educação	-	62	877	706 contas alcançadas
	Queremos uma COP 30 comprometida com as novas gerações	ClimaInfo, Coalizão Clica e RNPI	335	7.881	4.806 contas alcançadas
	Aquecimento global já está impactando o aprendizado das crianças	MapBiomas	619	13.400	10.070 contas alcançadas
	COP 30 no Brasil para proteção das infâncias!	Agenda 227	-	-	-
	A crise climática ameaça o presente e o futuro de quem menos contribuiu para ela: crianças e adolescentes!	Coalizão Clica Instituto DuClima	79	1.468	587 contas alcançadas
	COP 30 no Brasil: por que crianças e adolescentes precisam estar no debate?	-	142	2.452	1.121 contas alcançadas
	Total		1.237	26.078	17.290
	Novos seguidores a partir dos posts		21 +		



9.1.3. Case especial: Exposição de crianças e adolescentes no ambiente digital

Em 2025, a ANDI também dedicou posts especiais à temática da exposição de crianças e adolescentes no ambiente digital, com foco nos riscos associados ao compartilhamento excessivo de informações pessoais nas redes sociais e na responsabilidade de diferentes atores na garantia de um ambiente online seguro.

As publicações trouxeram dados de pesquisas recentes que evidenciam práticas de risco amplamente naturalizadas, como o compartilhamento de fotos, informações familiares e localização por crianças, adolescentes e seus responsáveis. A ANDI destacou que essas práticas aumentam a exposição a violências, violações de privacidade e outros riscos no ambiente digital, afetando diretamente o direito à proteção integral.

Além da dimensão familiar e individual, os conteúdos reforçaram a responsabilidade das plataformas digitais e das empresas de tecnologia na proteção de crianças e adolescentes. A comunicação ressaltou que, diante do poder exercido pelas *big techs* sobre os espaços digitais, cabe a essas empresas adotar mecanismos eficazes de segurança, moderação e prevenção de danos, alinhados ao princípio da prioridade absoluta previsto no ordenamento jurídico brasileiro.

Ao pautar o tema nas redes sociais, a ANDI contribuiu para ampliar o debate público sobre direitos digitais da infância, conectando evidências, incidência política e defesa de uma regulação que assegure conectividade com segurança.

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
Riscos da Exposição On-line	-	74	699	1.101 contas alcançadas
Proteção no Ambiente Virtual	-	127	782	1.199 contas alcançadas
Total		201	1.481	2.300



9.1.4. Case de destaque: Mobilização pela aprovação do PL 2.628/2022 (Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital)

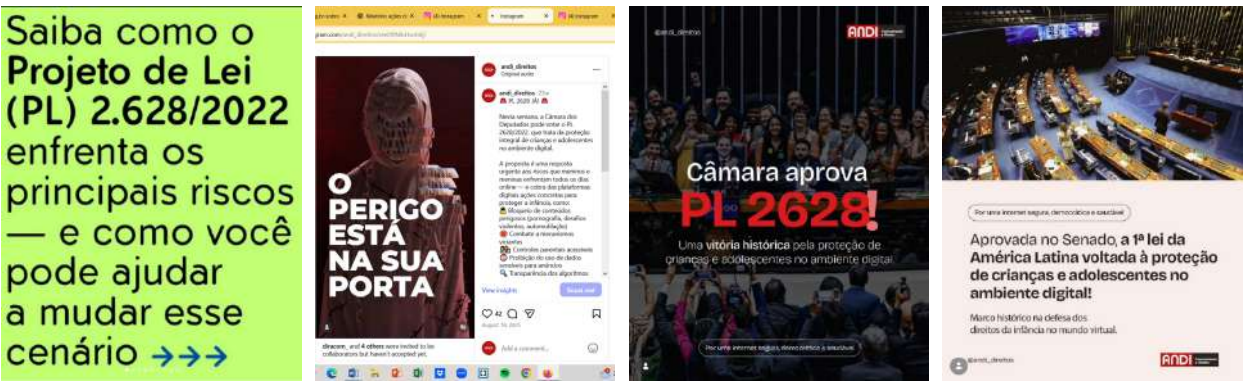
A partir do debate público sobre a exposição de crianças e adolescentes no ambiente digital, a ANDI intensificou, em 2025, sua atuação comunicacional em apoio à mobilização nacional pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.628/2022. As publicações nas redes sociais buscaram evidenciar a urgência da regulação das plataformas digitais frente a casos recorrentes de adultização, violência, exploração e uso abusivo de dados de meninas e meninos.

Os conteúdos reforçaram o caráter democrático e participativo do processo de construção do PL, destacando o envolvimento de especialistas de diferentes áreas, organizações da sociedade civil, entidades da saúde, da educação e da proteção da infância. A ANDI integrou esse esforço coletivo ao lado de mais de 200 organizações, contribuindo para ampliar o alcance da mobilização e pressionar o Congresso Nacional pela tramitação em regime de urgência.

Ao longo do processo legislativo, a comunicação da ANDI acompanhou e divulgou momentos-chave da tramitação do projeto, desde o chamado público à votação até a aprovação na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal. As publicações enfatizaram os principais avanços do marco regulatório, que estabelece responsabilidades claras para as plataformas digitais e cria mecanismos concretos de proteção integral no ambiente online.

A aprovação do PL 2.628/2022 foi apresentada como uma conquista histórica para os direitos digitais da infância e adolescência no Brasil e na América Latina, ao mesmo tempo em que a ANDI reforçou a importância da mobilização contínua da sociedade civil até a sanção presidencial e a efetiva implementação da legislação.

	Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
	Apoio ao PL 2.628/2022	Coalizão Brasileira, Direitos na Rede	85	5.198	1.702 contas alcançadas
	PL 2628 JÁ!	-	99	1.018	762 contas
	Câmara aprova PL 2628	DiraCom, Direitos na Rede, RNPI	213	7.900	2.800 contas alcançadas
	Marco regulatório para a proteção infantojuvenil no ambiente digital é aprovado no Senado	DiraCom, Direitos na Rede, Intervezes, RNPI	321	11.332	4.434 contas alcançadas
	Total		718	25.448	9.698
Novos seguidores a partir da campanha de aprovação do PL 2628:			9		



9.1.5. Case de destaque: Mobilização contra o PL 1.473/2025 (retrocesso na socioeducação)

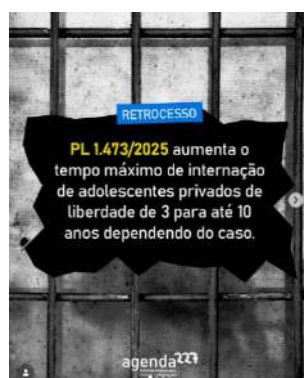
Em 2025, a ANDI também atuou na mobilização online contra o Projeto de Lei nº 1.473/2025, que propõe ampliar o tempo máximo de internação de adolescentes de 3 para até 6 anos. A comunicação da organização destacou o caráter regressivo da proposta, que viola princípios constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

As publicações enfatizaram que o aumento do encarceramento não reduz a violência nem a reincidência e compromete o caráter pedagógico, excepcional e breve das medidas socioeducativas. A ANDI alertou para os riscos de aprofundamento de violações de direitos, superlotação do sistema e impactos desproporcionais sobre adolescentes negros e periféricos, além do enfraquecimento de políticas públicas voltadas à educação, cultura, saúde e proteção social.

No âmbito da mobilização, a ANDI integrou e deu visibilidade à nota pública da Coalizão pela Socioeducação, convocando a sociedade a se posicionar contra o projeto. Os conteúdos também denunciaram propostas associadas à privatização do sistema socioeducativo, reforçando que transformar a socioeducação em negócio representa um ataque aos direitos da juventude e um retrocesso na política pública.

Ao pautar o debate nas redes sociais, a ANDI contribuiu para ampliar a compreensão pública sobre os riscos do PL 1.473/2025 e reforçou a defesa de uma socioeducação baseada em direitos, dignidade e oportunidades, e não no encarceramento prolongado.

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
Mais cárcere não é justiça, é violação!	Coalizão pela Socioeducação Dhesca Brasil	492	19.742	8.853 contas alcançadas
O PL 1.473/2025 representa um retrocesso	Coalizão pela Socioeducação, Conanda, GAJOP	207	8.171	4.834 contas alcançadas
- Grades + Oportunidades	-	24	1.278	258 contas
Total		723	29.191	13.945
Novos seguidores a partir da campanha Diga NÃO ao PL 1473:		14		



9.1.6. Case de destaque: Mobilização pela derrubada dos vetos à LDO (Lei nº 15.080/2024)

Com incidência orçamentária, a ANDI atuou na mobilização online contra vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que colocavam em risco a execução de políticas essenciais para a proteção de crianças e adolescentes. As publicações alertaram para o impacto direto desses vetos, que retiravam a proteção contra o contingenciamento orçamentário de programas estratégicos do Sistema de Garantia de Direitos.

A comunicação destacou que, ao fragilizar o orçamento, os vetos comprometiam ações fundamentais de proteção à vida, à integridade e à dignidade de meninas e meninos, especialmente aqueles em situação de grave ameaça. A ANDI reforçou que a prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal não se concretiza sem recursos públicos garantidos.

No contexto da mobilização, a ANDI somou-se a organizações e redes da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos da infância, ampliando o alcance das mensagens e pressionando o Congresso Nacional pela derrubada dos vetos. Os conteúdos enfatizaram que decisões orçamentárias não são neutras e que a lógica fiscal não pode se sobrepor à proteção integral de crianças e adolescentes.

Ao pautar o tema nas redes sociais, a ANDI contribuiu para fortalecer o debate sobre cidadania orçamentária, evidenciando que sem orçamento os direitos se tornam promessas vazias e que a garantia de políticas públicas eficazes começa pela alocação adequada de recursos.

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
Os direitos de crianças e adolescentes estão em risco!	Rede Não Bata, Eduque	429	13.062	6.082 contas alcançadas
Derrubar os vetos à LDO é proteger a infância!	Coalizão Brasileira, Faça Bonito, FNPETI	481	29.937	13.965 contas alcançadas
Total		910	42.999	20.047
Novos seguidores a partir da campanha Vetos à LDO:		17		



9.1.7. Posts especiais: Qualificação da cobertura jornalística sobre direitos da infância

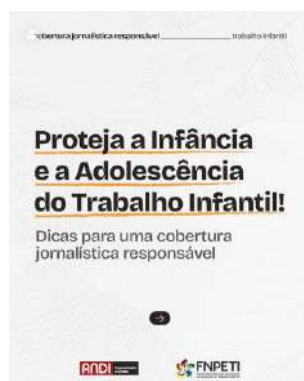
Com foco na qualificação da cobertura jornalística, a ANDI publicou, ao longo do ano, conteúdos orientativos voltados a jornalistas e comunicadores, reforçando o papel da imprensa na proteção dos direitos de crianças e adolescentes e na prevenção de violações.

Em parceria com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), a ANDI divulgou orientações para uma cobertura responsável sobre trabalho infantil. Os posts destacaram a importância de tratar o tema de forma crítica, contextualizada e comprometida com os direitos humanos, evitando abordagens que naturalizem, romantizem ou invisibilizem a exploração. A comunicação enfatizou a necessidade de evidenciar a ilegalidade do trabalho infantil, denunciar abusos, apresentar dados e políticas públicas, além de dar visibilidade a soluções e boas práticas para sua erradicação.

Outro conteúdo de destaque abordou a exposição e a adultização de crianças no ambiente digital, a partir da repercussão de um vídeo que revelou crimes graves de exploração sexual e comercial nas redes sociais. A ANDI alertou para a complexidade do tema e para a responsabilidade da imprensa em diferenciar conceitos, proteger a identidade de crianças e adolescentes e ouvir especialistas qualificados. As publicações também contextualizaram o debate em torno do Projeto de Lei nº 2.628/2022, reforçando a importância de uma abordagem jornalística cuidadosa e informada sobre a regulação das plataformas digitais.

Ao promover esses conteúdos, a ANDI reafirmou seu compromisso histórico com a formação e o apoio à imprensa, contribuindo para uma cobertura mais ética, qualificada e alinhada ao princípio da prioridade absoluta dos direitos da infância e adolescência.

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
Proteja a Infância e a Adolescência do Trabalho Infantil	FNPETI	379	9.946	5.411 contas alcançadas
Pontos importantes quando o assunto é a exploração sexual de crianças e adolescentes	Coletivo Colo, Rede REcria, SBPJor	637	26.501	11.899 contas alcançadas
Total		1.016	36.447	17.310



9.1.8. ANDI Indica: formação e qualificação do público

Como parte da estratégia de parcerias e conteúdos colaborativos, a ANDI desenvolveu o formato "ANDI Indica", dedicado à divulgação de cursos on-line, formações e materiais educativos alinhados à promoção dos direitos humanos, da infância e da adolescência. A iniciativa teve como objetivo ampliar o acesso do público a oportunidades formativas qualificadas, fortalecendo capacidades técnicas, pensamento crítico e atuação em rede.

Ao longo do ano, os conteúdos abordaram temas diversos e interseccionais, como violência contra a mulher, enfrentamento ao racismo estrutural, justiça climática, cidadania digital, proteção no ambiente on-line, primeira infância, migração e refúgio, saúde mental, educação antirracista e direitos de populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. As publicações também dialogaram com agendas estratégicas do país, como a COP 30 e a formulação de políticas públicas para a infância.

Os resultados demonstram o interesse do público por conteúdos formativos e contextualizados. Ao todo, foram publicados 30 posts, que alcançaram milhares de contas e registraram elevado número de visualizações, com destaque para temas relacionados a mudanças climáticas, direitos digitais, primeira infância e enfrentamento às desigualdades. O post sobre Direitos de Crianças e Adolescentes, Interculturalidade e Mudanças Climáticas, por exemplo, alcançou quase 6 mil contas e ultrapassou 9 mil visualizações, evidenciando o potencial da iniciativa para mobilizar e engajar a audiência.

Com o ANDI Indica, a ANDI reafirma seu papel como curadora de conteúdos de interesse público, contribuindo para a circulação de informações qualificadas e para o fortalecimento de uma cultura de formação contínua entre profissionais da comunicação, educadores, gestores públicos e demais atores comprometidos com a garantia de direitos.

Data	Tema	Interações	Alcance	Visualização
13/01/2025	Violência contra a mulher e a atuação em rede	119	1.418	2.502
20/01/2025	Geração Ansiosa	55	746	898
27/01/2025	Desinformação e Plataformas	89	1.260	1.610
03/02/2025	Meio Ambiente e Direitos Humanos	149	2.908	5.672
17/02/2025	Emergência Climática	40	734	918
24/02/2025	Migração e Refúgio	62	443	643
17/03/2025	COP 30: o essencial para cobrir o evento	183	2.175	2.979
24/03/2025	Estatuto Igualdade Racial	50	692	887
31/03/2025	Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas	49	276	415
05/05/2025	Escolas ON, Violência OFF	61	683	917
12/05/2025	Maria da Penha vai à escola	173	3.376	4.909
16/06/2025	Literacia em idadismo estrutural e discriminação por idade	54	341	700
30/06/2025	Segurança e Cidadania Digital em Sala de Aula	51	741	1.200
07/07/2025	Curso Agentes do Brincar	118	1.001	2.717

Data	Tema	Interações	Alcance	Visualização
21/07/2025	Direitos de Crianças e Adolescentes, Interculturalidade e Mudanças Climáticas	622	5.791	9.153
28/07/2025	Segurança e Cidadania Digital em Sala de Aula	51	342	829
04/08/2025	Primeira Infância Primeiro no PPA	166	1.659	3.847
11/08/2025	Políticas Públicas e Governança para a Primeira Infância	362	3.927	7.429
25/08/2025	A Primeira Infância nas Cidades	112	1.121	4.534
01/09/2025	Diálogos Romani	55	1.136	3.138
15/09/2025	Desenvolvimento neuropsicomotor, sinais de alerta e intervenção precoce: um guia para profissionais de saúde	90	841	3.506
06/10/2025	Enfrentamento e Prevenção ao Discurso de Ódio e Extremismo	63	740	2.305
14/10/2025	Mídias Digitais e Saúde Mental de Crianças e Adolescentes	159	1.493	3.353
21/10/2025	Justiça Climática: perspectivas atuais e desafios contemporâneos	22	246	1.044
27/10/2025	Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital	188	2.096	4.309
03/11/2025	Redes de Proteção: como proteger crianças e adolescentes na Internet?	41	393	1.242
11/11/2025	Direitos Humanos e Prevenção à Tortura em Unidades Socioeducativas	112	1.074	5.593
17/11/2025	Direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais	29	433	1.712
01/12/2025	Gestão da Educação para a Equidade Racial	25	284	965
08/12/2025	Como prevenir o assédio e a violência contra a mulher	33	321	1.309







9.1.9. Parcerias com Jornalistas Amigos da Criança (JACs)

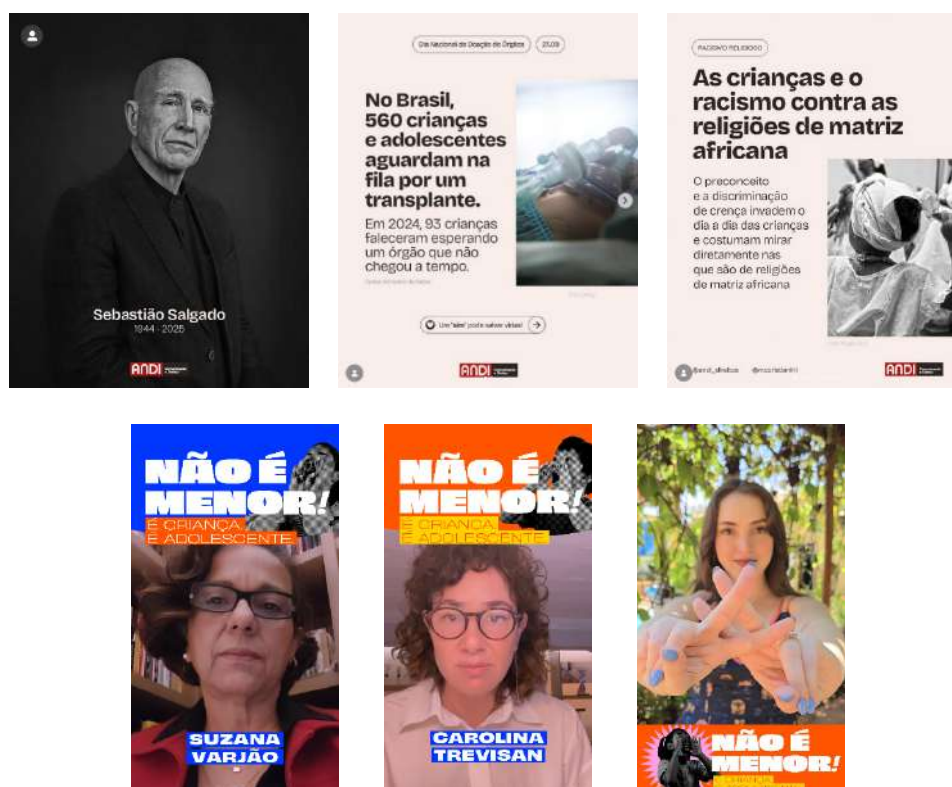
A atuação da ANDI – Comunicação e Direitos junto à rede de Jornalistas Amigos da Criança (JACs) seguiu como um eixo estratégico da comunicação institucional, fortalecendo o diálogo com profissionais comprometidos com um jornalismo ético, responsável e alinhado à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Essa articulação ampliou a presença dos JACs nas ações da ANDI, especialmente em campanhas, conteúdos colaborativos e mobilizações digitais.

Ao longo do período, foram realizadas publicações em formato de *collab* com jornalistas, que emprestaram suas vozes, trajetórias e reflexões a campanhas estratégicas da ANDI, como a campanha #NãoÉMenor, contribuindo para a revisão crítica de termos, abordagens e práticas ainda presentes na cobertura jornalística. Os conteúdos destacaram a responsabilidade da imprensa na escolha das palavras, na contextualização das violações de direitos e no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

As parcerias também deram visibilidade a produções culturais e jornalísticas desenvolvidas por JACs, como livros e iniciativas voltadas ao público infantojuvenil, que abordam temas sensíveis — entre eles doação de órgãos, racismo religioso e diversidade — de forma ética, acessível e respeitosa. Ao divulgar essas obras, a ANDI reafirmou a literatura e o jornalismo como ferramentas fundamentais de educação em direitos humanos desde a infância.

Outro eixo importante dessa atuação foi o reconhecimento e a valorização de trajetórias históricas do jornalismo comprometido com a infância. A ANDI prestou homenagem póstuma a Sebastião Salgado, diplomado Jornalista Amigo da Criança, destacando seu legado como fotógrafo que deu visibilidade às infâncias invisibilizadas e utilizou a comunicação como instrumento de denúncia, empatia e transformação social. A homenagem reafirmou o compromisso da ANDI com a memória, a ética e a responsabilidade social da imprensa.

Por meio dessas ações, a ANDI consolidou sua relação com a rede de Jornalistas Amigos da Criança como uma parceria estratégica e contínua, baseada na colaboração, no reconhecimento mútuo e na defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes. Essa articulação contribui para ampliar o alcance das pautas da infância, fortalecer práticas jornalísticas responsáveis e manter a comunicação como eixo central da promoção da prioridade absoluta prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal.



9.1.10. Campanhas Temáticas e Datas Comemorativas

Em 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos manteve uma atuação estratégica nas redes sociais ao articular campanhas temáticas e conteúdos vinculados a datas comemorativas do calendário social, utilizando esses marcos como oportunidades para ampliar o debate público, sensibilizar a sociedade e fortalecer a defesa dos direitos humanos, com foco especial em crianças e adolescentes.

As publicações abordaram uma ampla diversidade de temas prioritários, como saúde mental, enfrentamento à violência sexual, combate ao trabalho infantil, educação sem violência, diversidade religiosa, inclusão de pessoas com deficiência, justiça climática, proteção no ambiente digital, direitos das mulheres e meninas, brincar como direito, aleitamento materno e fortalecimento dos vínculos familiares. Em todas as ações, a comunicação buscou contextualizar os temas a partir de dados, orientações práticas e mensagens de mobilização, reforçando o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta.

Algumas campanhas alcançaram grande repercussão, com destaque para o 18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que registrou mais de 26 mil contas alcançadas, evidenciando o potencial de mobilização das redes quando pautas estruturantes são comunicadas de forma clara e engajadora. Outras ações também tiveram impacto expressivo, como o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, a campanha pelo Dia Nacional da Educação sem Violência, a Semana Mundial de Aleitamento Materno e iniciativas relacionadas à saúde mental de crianças e adolescentes.

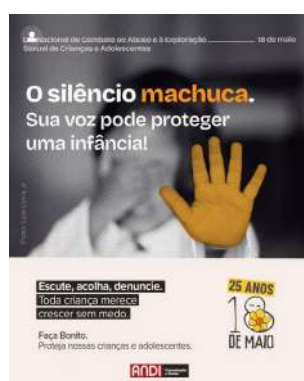
Ao longo do ano, a ANDI atuou de forma articulada com redes, organizações da sociedade civil e parceiros estratégicos — como RNPI, Faça Bonito, FNPETI, Coalizão Clica, IPA Brasil, Plan International Brasil, entre outros — ampliando o alcance das mensagens e fortalecendo ações coletivas de incidência e conscientização. Essa atuação colaborativa contribuiu para dar maior legitimidade às campanhas e para conectar diferentes agendas em defesa dos direitos da infância e adolescência.

De forma transversal, as campanhas temáticas de 2025 reafirmaram o papel da comunicação como ferramenta de mobilização social e incidência política, demonstrando que a articulação entre calendário social, dados qualificados e parcerias estratégicas é fundamental para promover uma cultura de direitos, cuidado, escuta e proteção integral.

Data	Campanhas	Mensagem	Parceiros	Alcance
Janeiro Branco	O que fazer pela saúde mental agora e sempre?	Conscientização sobre os cuidados com a saúde mental, focando na prevenção de doenças e no bem-estar emocional. Temas: Janeiro Branco, CVV, Saúde Mental.	-	1.001
Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa	Respeito à diversidade religiosa	Refletir sobre a importância do respeito à liberdade religiosa e da convivência pacífica entre pessoas de diferentes crenças e tradições. Temas: Convivência, Direitos Humanos, Diversidade, Intolerância Religiosa e Liberdade Religiosa	-	2.228
Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência	Gravidez precoce muda o rumo da vida!	Promover a educação sexual integral e contribuir para um futuro com mais oportunidades e escolhas para as jovens meninas. Temas: Gravidez na Adolescência, Educação Sexual, Prevenção, Riscos à saúde, Sexualidade	-	855

Data	Campanhas	Mensagem	Parceiros	Alcance
Carnaval 2025	Pule, Brinque e Cuide	No Carnaval, a diversão é para todos, mas a proteção vem em primeiro lugar. Faça parte do Bloco da Proteção! Temas: Bebidas alcoólicas, Cuidados redobrados, Denúncia, Violência	Faça Bonito FNPETI	23.689
Dia Mundial da Conscientização do Autismo	Conheça as leis que garantem a inclusão e proteção das pessoas com TEA	Celebramos as vitórias legais, mas reforçamos a importância da inclusão. É essencial que continuemos lutando por mais direitos, respeito e acessibilidade para todas as pessoas com TEA. Temas: Acessibilidade, Autismo, Direitos, Inclusão, Leis	-	1.462
Dia Nacional da Educação	Cursos gratuitos para fortalecer práticas pedagógicas na Educação Infantil	Refletir sobre o valor transformador da educação e a importância da formação contínua dos profissionais que a constroem todos os dias. Temas: Avaliação, Cursos, Educação Infantil, Evidências de Aprendizagem, Formação contínua, Planejamento, Práticas pedagógicas	-	521
18 de Maio	O silêncio machuca. Sua voz pode proteger uma infância!	Reforçamos o compromisso coletivo de proteger as infâncias e dar voz às vítimas de violência. Temas: Abuso, Conselho Tutelar, Denúncia, Disque 100, Exploração Sexual, Proteção, Romper com o silêncio	Faça Bonito RNPI	26.024
Dia Mundial do Brincar	Quando o brincar é substituído por telas, algo pode se perder.	A troca, o movimento, a criatividade e as descobertas que só o brincar livre proporciona não podem ser substituídas. Temas: Brincar, Criatividade, Desenvolvimento, Direito, Imaginação, Proteção	IPA Brasil RNPI	1.495
Semana do Meio Ambiente	Cursos gratuitos para compreender os desafios climáticos e atuar na defesa do meio ambiente	Clima, meio ambiente e direitos humanos estão profundamente conectados. E você pode se capacitar para entender mais sobre isso! Temas: COP 30, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Mudanças Climáticas	Coalizão Clica	426
Dia Mundial do Meio Ambiente	A crise climática ameaça o presente e o futuro de quem menos contribuiu para ela: crianças e adolescentes!	Vamos juntos construir narrativas que protejam a infância e a adolescência e ajudem a enfrentar a crise climática com mais justiça e responsabilidade. Temas: Cobertura Jornalística, COP 30, Crise Climática, Guia Infância e Justiça Climática	Coalizão Clica Instituto DuClima	584
Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil	Trabalho Infantil não é brincadeira!	É hora de romper o silêncio! A imprensa tem papel fundamental nessa mudança. Pode (e deve) ser aliada nessa luta. Temas: Denúncia, Desenvolvimento, Futuro, Imprensa, Infância, Trabalho Infantil, Violação de Direitos	Faça Bonito Proteção Integral RNPI	9.310

Data	Campanhas	Mensagem	Parceiros	Alcance
Dia Nacional pela Educação sem Violência	O que você diz importa!	Palavras machucam. Palavras acolhem. Use-as para proteger, não para ferir. Temas: Cuidado, Diálogo, Educação sem Violência, Escuta, Proteção, Respeito	Coalizão Brasileira pelo Fim à Violência Rede Não Bata, Eduque RNPI	4.724
Semana Mundial de Aleitamento Materno	Amamentar é um ato de cuidado	Amamentar é mais do que nutrir. É proteger, fortalecer vínculos, salvar vidas — e ainda cuidar do planeta. Temas: Amamentação, Proteção, Vínculo	Amamenta Brasília ONG Prematuridade.com RNPI	4.551
Setembro Amarelo	Como anda a saúde mental de nossas crianças e adolescentes?	Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 14% das crianças e adolescentes de 10 a 19 anos vivem com algum transtorno mental. No Brasil, estima-se que o problema atinge quase 1 em cada 6. Temas: Saúde Mental, Setembro Amarelo	Coalizão Brasileira	2.110
Dia Nacional da Doação de Órgãos	No Brasil, 560 crianças e adolescentes aguardam na fila por um transplante	Doar é multiplicar vidas. E Vida extra é um convite para levar essa conversa com amor, empatia e solidariedade. Temas: Doação de Órgãos, Transplantes	Raquel Ribeiro Escritora	929
Semana da Criança	Pela ampliação da licença-paternidade de 30 dias, no mínimo!	Nesta Semana das Crianças, junte-se à mobilização, pedindo apoio à Lei do Pai Presente com no mínimo 30 dias. Temas: Cuidado, Licença Paternidade, Pais e Filhos	-	942
Dia Internacional dos Direitos Humanos	Precisamos proteger as meninas e as mulheres!	Proteger meninas e mulheres é um compromisso inegociável com os direitos humanos. Temas: Estupro, Feminicídio, Violência contra mulheres e meninas, Violência Sexual	Plan International Brasil	2.598
Final de ano	Boas festas e um 2026 de avanços na garantia de direitos!	Neste final de ano, reafirmamos nosso compromisso com a defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes. Temas: Comunicação Ética, Crianças e Adolescentes, Direitos Humanos, Proteção Integral	-	550



9.1.11. Campanha Janeiro Branco | Saúde Mental

A ANDI – Comunicação e Direitos integrou a campanha Janeiro Branco ao seu planejamento de comunicação, reforçando a importância da saúde mental como tema permanente e transversal à garantia de direitos humanos, especialmente no contexto familiar e comunitário. As publicações dialogaram com o tema nacional da campanha — “O que fazer pela saúde mental agora e sempre?” — estimulando reflexões sobre autocuidado, equilíbrio emocional e apoio mútuo.

Ao longo do mês de janeiro, foram realizadas três publicações no Instagram, com conteúdos informativos e orientativos voltados à conscientização sobre saúde mental, prevenção de adoecimentos emocionais e fortalecimento de vínculos familiares. A estratégia priorizou uma abordagem acessível e educativa, destacando que o cuidado com a saúde mental deve ser contínuo e integrado à rotina das pessoas, e não restrito a momentos de crise.

No conjunto, a campanha alcançou mais de 1.000 contas, com 1.600 visualizações e 197 interações, demonstrando bom engajamento considerando o caráter reflexivo do tema. O desempenho evidencia o interesse do público por conteúdos que promovem bem-estar emocional e reforça o papel da ANDI na disseminação de mensagens que conectam saúde mental, cuidado e direitos.

Ao apoiar o Janeiro Branco, a ANDI reafirmou seu compromisso com a promoção de uma cultura de cuidado, escuta e prevenção, contribuindo para ampliar o debate público sobre saúde mental como responsabilidade coletiva e dimensão essencial da proteção integral.

Desempenho da campanha (Instagram – janeiro/2025):

Data	Tema	Interações	Alcance	Visualização
15/01/2025	O que é o Janeiro Branco	123	413 contas alcançadas	711
22/01/2025	Como encontrar equilíbrio emocional	40	372 contas alcançadas	540
31/01/2025	Cuide da sua família	34	216 contas alcançadas	349
Total		197	1.001	1.600



9.1.12. Campanha de Carnaval | Bloco da Proteção

Durante o período do Carnaval de 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos integrou a campanha Bloco da Proteção, reforçando a mensagem de que a diversão deve caminhar junto com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. As publicações no Instagram tiveram como foco a prevenção de violências, a responsabilização de adultos e comerciantes e a divulgação de canais de denúncia, ancoradas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A comunicação abordou temas centrais para o período carnavalesco, como a proibição do fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, o dever coletivo de prevenir ameaças e violações de direitos (Art. 70 do ECA) e a importância da atenção redobrada em espaços de grande circulação. Também foram destacados dados do Disque 100, evidenciando a gravidade das violações registradas durante o Carnaval e reforçando a necessidade de vigilância ativa e denúncia.

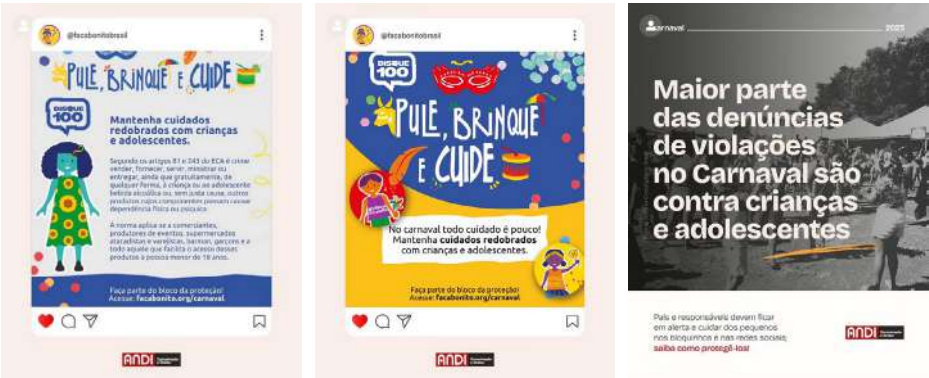
A campanha foi realizada em parceria com a Rede Faça Bonito e o FNPETI, fortalecendo a articulação em rede e ampliando o alcance das mensagens. Ao incentivar a participação no Bloco da Proteção, a ANDI contribuiu para mobilizar famílias, comerciantes, organizadores de eventos e a sociedade em geral em torno da proteção integral de crianças e adolescentes.

No conjunto, as três publicações da campanha alcançaram 23.689 contas, somaram 32.376 visualizações e geraram 939 interações, além de resultar na conquista de 20 novos seguidores no perfil institucional. O desempenho expressivo, especialmente nos conteúdos sobre denúncia de violações, evidencia o interesse do público por informações práticas e orientações claras sobre como agir diante de situações de risco.

Ao pautar a proteção da infância em um dos períodos de maior mobilização popular do país, a ANDI reforçou seu compromisso com uma comunicação preventiva, baseada em direitos e voltada à promoção de ambientes seguros, nos quais crianças e adolescentes possam exercer plenamente o direito ao lazer, à convivência familiar e comunitária e à proteção integral.

Desempenho da campanha (Instagram – fevereiro/2025):

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
Bebidas alcoólicas	Faça Bonito	91	2.864	2.110 contas
Cuidados redobrados	Faça Bonito e FNPETI	331	8.256	6.685 contas
Denúncias de violações no carnaval	Faça Bonito	517	20.317	14.894 contas
Total		939	31.437	23.689
Novos seguidores a partir da campanha de Carnaval:		20		



9.1.13. Campanha 18 de Maio | Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de C&A

Em maio de 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos realizou uma mobilização intensa nas redes sociais em alusão ao 18 de Maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data que em 2025 marcou também os 25 anos da Lei Federal nº 9.970/00, que instituiu oficialmente a campanha no Brasil. As publicações tiveram como objetivo informar, sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento de uma das mais graves violações de direitos humanos que atingem crianças e adolescentes.

A comunicação adotou uma abordagem baseada em dados, direitos e prevenção, destacando que a violência sexual deixa sinais e que o silêncio perpetua as violações. Os conteúdos alertaram para os indícios físicos, emocionais e comportamentais do abuso, reforçando a responsabilidade coletiva na proteção das infâncias e a importância da denúncia por meio do Disque 100 e dos Conselhos Tutelares.

Os posts também trouxeram recortes estruturais da violência sexual, evidenciando que ela tem perfil, contexto e marcadores sociais bem definidos. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e de pesquisas oficiais foram utilizados para expor a incidência desproporcional da violência sobre meninas, especialmente negras, com até 13 anos, muitas vezes vitimizadas no ambiente doméstico por pessoas conhecidas. Outro eixo central da campanha foi a denúncia da coisificação das infâncias, ao tratar crianças e adolescentes como objetos de exploração, negando-lhes humanidade, dignidade e direitos.

A ANDI atuou em articulação com redes e organizações da sociedade civil, como a Campanha Faça Bonito, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, o Eu Me Protejo e a RNPI, fortalecendo a atuação em rede e ampliando o alcance das mensagens. A comunicação reforçou que denunciar é um ato de cuidado, proteção e responsabilidade social, e que o enfrentamento da violência sexual exige informação qualificada, engajamento permanente e políticas públicas efetivas.

O desempenho da campanha no Instagram evidenciou forte engajamento do público. Ao todo, as publicações somaram 194.296 visualizações, alcançaram 146.144 contas e geraram 6.605 interações, com destaque para o conteúdo “Crianças e adolescentes não são propriedade de ninguém”, que atingiu mais de 50 mil contas. A campanha também resultou na conquista de 138 novos seguidores no período, indicando ampliação do alcance institucional da ANDI.

Ao longo da mobilização, a ANDI reafirmou seu compromisso com uma comunicação ética, baseada em direitos e orientada à proteção integral, contribuindo para romper o silêncio, fortalecer a cultura da denúncia e mobilizar a sociedade em defesa de uma infância livre de violências.

Confira o desempenho da campanha (Instagram – maio/2025):

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
A violência dá sinais	Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Eu Me Protejo, RNPI	1.035	23.436	16.434 contas alcançadas
A violência sexual tem rosto	Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Eu Me Protejo, RNPI	709	18.994	16.088 contas alcançadas
232 mil razões para agir	Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Eu Me Protejo, Faça Bonito, RNPI	1.121	34.463	20.907 contas alcançadas
Crianças e adolescentes não são propriedade de ninguém	Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Eu Me Protejo, Faça Bonito, RNPI	2.031	61.302	50.097 contas alcançadas

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
O silêncio machuca	Faça Bonito, RNPI	846	30.843	26.024 contas alcançadas
Crianças e adolescentes não são objetos	Eu Me Protejo, Faça Bonito, RNPI	863	24.258	16.594 contas alcançadas
Total		6.605	194.296	146.144
Novos seguidores a partir da campanha do 18 de Maio:		138		



9.1.14. Campanha de Combate ao Trabalho Infantil

Em junho, a ANDI – Comunicação e Direitos integrou a mobilização nacional de enfrentamento ao trabalho infantil, alinhada à campanha “Toda criança que trabalha perde a infância e o futuro”, realizada em parceria com o FNPETI, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). A atuação no Instagram combinou informação qualificada, dados oficiais e orientação à denúncia, reforçando que o trabalho infantil é uma grave violação de direitos e não uma alternativa à pobreza.

A campanha contou com três *reels* e um *card*, abordando diferentes expressões do trabalho infantil ainda presentes no Brasil. Um dos eixos centrais foi o trabalho infantil doméstico, destacado como uma das formas mais naturalizadas e invisibilizadas de exploração, que atinge majoritariamente meninas negras entre 15 e 17 anos. As publicações evidenciaram o recorte de raça e gênero desse tipo de violação, utilizando dados da PNAD/IBGE para demonstrar a dimensão do problema e os riscos físicos, psicológicos e de violência associados a essas atividades.

Outro conteúdo trouxe foco para o trabalho infantil no meio rural, ressaltando que atividades agropecuárias figuram entre as piores formas de trabalho infantil devido à exposição a agrotóxicos, esforço físico incompatível com a idade, manuseio de ferramentas perigosas e prejuízos à escolarização. A comunicação destacou que, apesar de avanços normativos, milhares de crianças e adolescentes ainda estão submetidos a condições que comprometem seu desenvolvimento integral.

A campanha também abordou o trabalho infantil no ambiente virtual, incluindo a atuação como influenciador(a) digital. O conteúdo alertou para os riscos da superexposição, jornadas excessivas, cobranças por desempenho e impactos à saúde mental, ao lazer e à convivência familiar, reforçando que o trabalho infantil online também é trabalho infantil e deve ser combatido.

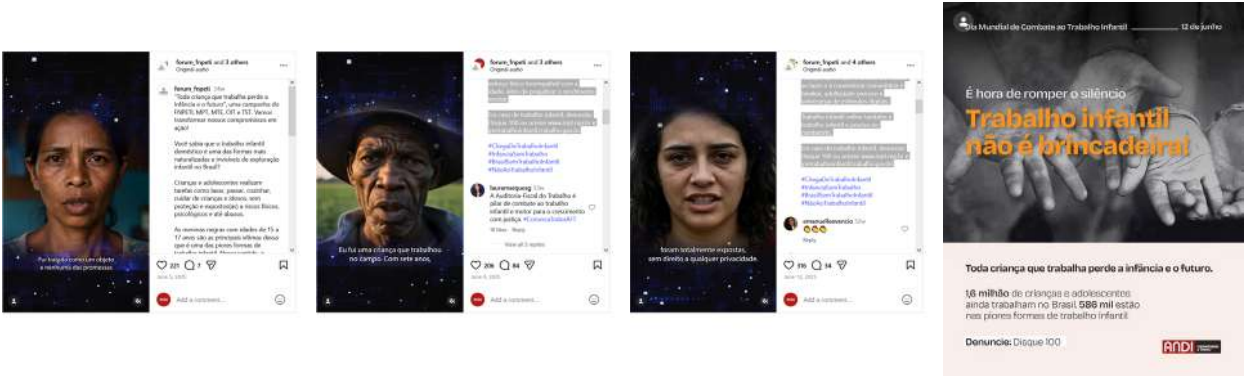
Além da sensibilização do público em geral, a ANDI direcionou um dos conteúdos à qualificação da cobertura jornalística, reforçando o papel da imprensa como aliada na erradicação do trabalho infantil. O *card* destacou o Guia para Jornalistas da ANDI, que reúne dados, fontes e orientações para uma abordagem responsável, sem romantização da exploração e com foco na proteção integral de crianças e adolescentes.

Em todas as publicações, a comunicação reforçou os canais de denúncia, como o Disque 100 e os sites oficiais do MPT e do governo federal, estimulando a participação cidadã e o enfrentamento coletivo às violações.

O desempenho da campanha no Instagram demonstrou forte engajamento do público. Ao todo, os conteúdos somaram 1.741 interações e 56.198 visualizações, evidenciando a relevância do tema e a efetividade da estratégia de comunicação adotada. A mobilização contribuiu para ampliar o debate público, fortalecer a atuação em rede e reafirmar o compromisso da ANDI com a erradicação do trabalho infantil e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Desempenho da campanha (Instagram – junho/2025):

	Publicação	Parceria	Interações	Visualização
	Trabalho Infantil Doméstico	Faça Bonito, FNPETI e Justiça do Trabalho	348	11.056
	Trabalho Infantil Agropecuário	Faça Bonito, FNPETI e Ministério do Trabalho e Emprego	366	10.706
	Trabalho Infantil no Ambiente Virtual	Faça Bonito, FNPETI, OIT e TST	618	15.721
	Trabalho Infantil não é brincadeira!	Faça Bonito, Proteção Integral e RNPI	409	18.715
	Total		1.741	56.198



9.1.15. Campanha Educação sem Violência

Em junho, a ANDI – Comunicação e Direitos também integrou a mobilização nacional do Dia Nacional pela Educação sem Violência (26 de junho), reforçando a comunicação como ferramenta central para a promoção de práticas educativas baseadas no cuidado, no respeito e na proteção integral de crianças e adolescentes. A campanha destacou que a forma como educamos comunica valores, constrói vínculos e impacta diretamente o desenvolvimento emocional e social.

Os conteúdos publicados no Instagram enfatizaram que a violência — seja física, verbal ou psicológica — não educa, mas fere e perpetua ciclos de sofrimento. A comunicação buscou fortalecer narrativas que valorizam a escuta ativa, o diálogo e os processos educativos não violentos, destacando esses elementos como estratégias fundamentais para a prevenção de múltiplas violências, incluindo a violência sexual.

Um dos eixos centrais da campanha foi a mensagem “O que digo importa”, que convidou famílias, educadores(as) e a sociedade a refletirem sobre o peso das palavras no cotidiano de crianças e adolescentes. As publicações reforçaram que práticas educativas baseadas em humilhação, gritos ou castigos físicos violam direitos e comprometem vínculos, enquanto abordagens fundamentadas no afeto, na orientação e no cuidado fortalecem a proteção e o desenvolvimento saudável.

A campanha também se articulou aos 16 Dias de Ativismo pelo Fim dos Castigos Físicos e Psicológicos (26/06 a 11/07), incentivando o engajamento de organizações, profissionais e famílias na promoção de ações educativas e na disseminação de informações qualificadas. As publicações convidaram o público a conhecer e registrar iniciativas na plataforma da campanha Não Bata, Eduque, fortalecendo a mobilização em rede.

Desenvolvida em parceria com organizações como CECIP, Proteção Integral, Rede Não Bata, Eduque, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência e RNPI, a campanha ampliou o alcance das mensagens e reafirmou o compromisso coletivo com uma educação que protege, acolhe e respeita.

O desempenho dos conteúdos no Instagram evidenciou o interesse e a receptividade do público à temática. Ao todo, os posts somaram 423 interações e 15.661 visualizações, contribuindo para ampliar o debate público e fortalecer a cultura de uma educação sem violência, baseada em direitos, afeto e responsabilidade compartilhada.

Desempenho da campanha (Instagram – junho/2025):

Publicação	Parceria	Interações	Visualização
O que digo importa	CECIP, Proteção Integral e Rede Não Bata, Eduque	224	8.479
Palavras machucam	Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, RNBE e RNPI	199	7.182
Total		423	15.661



9.1.16. Mês da Primeira Infância

Em agosto, a ANDI – Comunicação e Direitos dedicou um conjunto especial de publicações ao Mês da Primeira Infância, reforçando a centralidade dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, a redução de desigualdades e a efetivação de direitos ao longo de todo o ciclo de vida. A comunicação destacou que investir na primeira infância não é apenas uma escolha técnica, mas um compromisso ético, social e político com o presente e o futuro do país.

As publicações abordaram a primeira infância a partir de uma perspectiva integrada e intersetorial, conectando temas como políticas públicas, planejamento orçamentário, governança, meio ambiente, cidades, mediação do uso de telas e enfrentamento das desigualdades territoriais. A mensagem central foi a de que cuidar da primeira infância exige ações coordenadas entre diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, meio ambiente e planejamento urbano.

Entre os destaques da campanha, estiveram conteúdos que defenderam a prioridade da primeira infância nos instrumentos de planejamento governamental, como o Plano Plurianual (PPA), além da importância da implementação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância, ressaltando o papel dos estados e municípios na articulação de redes locais de proteção e cuidado. Também foram abordadas pautas contemporâneas e urgentes, como os impactos da crise climática sobre o desenvolvimento infantil e a necessidade de políticas que garantam ambientes seguros, saudáveis e protetivos desde os primeiros anos.

Outro eixo relevante da campanha foi a valorização do cuidado cotidiano, com publicações que trataram da mediação do uso de telas, do direito ao brincar e da construção de cidades pensadas para crianças pequenas, reforçando que decisões aparentemente individuais estão profundamente conectadas a políticas públicas e contextos sociais mais amplos.

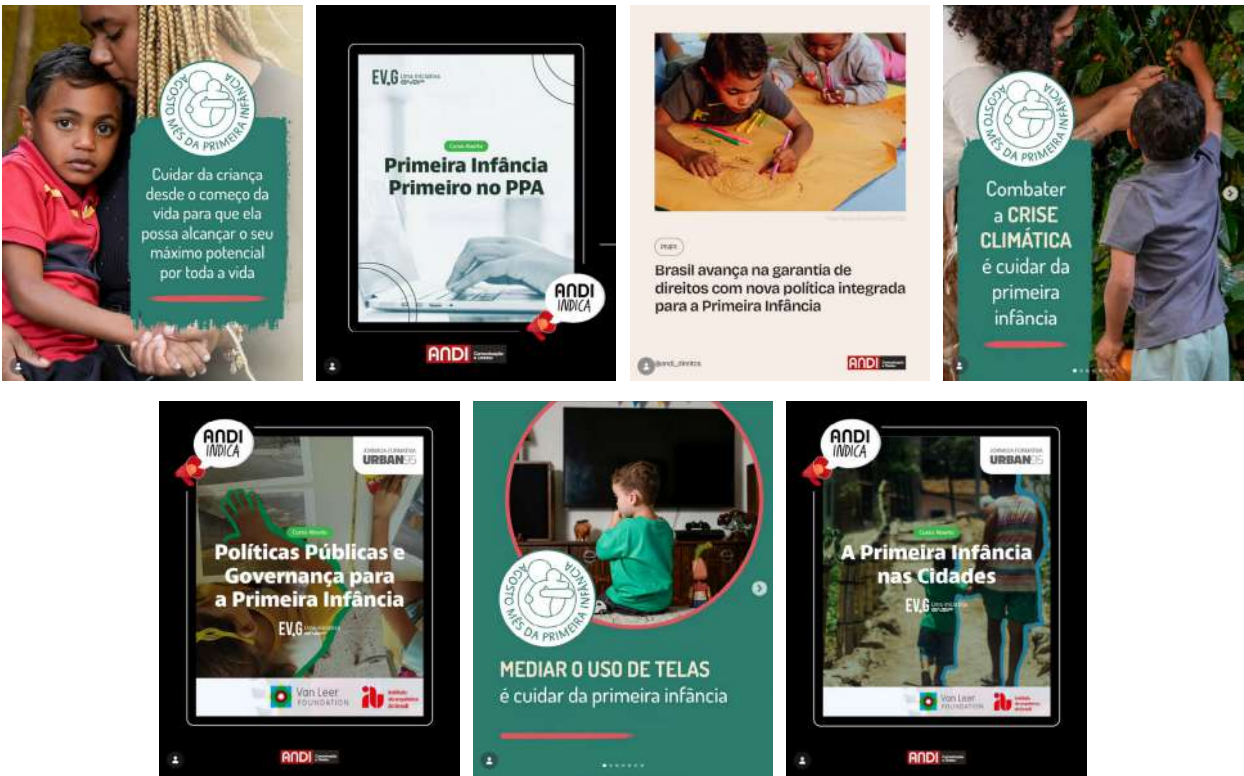
A campanha foi realizada em articulação com parceiros estratégicos, como a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), redes estaduais da primeira infância (REPI-MG, REPI-PE e REPI-RS) e o IAB Brasil, fortalecendo a atuação em rede e ampliando a legitimidade e o alcance das mensagens.

O desempenho das publicações no Instagram evidencia o interesse do público pela temática. Ao todo, os conteúdos do Mês da Primeira Infância somaram 1.046 interações, 29.740 visualizações e alcançaram 11.699 contas, além de contribuírem para a conquista de 52 novos seguidores. Esses resultados reforçam a relevância da comunicação estratégica como ferramenta para sensibilizar, informar e mobilizar a sociedade em torno da garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

Confira o desempenho da campanha (Instagram – agosto/2025):

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
A Primeira Infância é pra vida toda	-	116	2.666	1.758
Primeira Infância Primeiro no PPA	RNPI	166	3.847	1.659
Política Nacional Integrada da Primeira Infância	REPI-MG, REPI-PE, REPI-RS, RNPI	117	5.809	1.360
Combater a crise climática é cuidar da Primeira Infância	RNPI	107	3.092	816
Políticas Públicas e Governança para a Primeira Infância	RNPI	362	7.429	3.927

Publicação	Parceria	Interações	Visualização	Alcance
Mediar o uso de telas é cuidar da Primeira Infância	-	66	2.363	1.058
A Primeira Infância nas Cidades	IAB Brasil, RNPI	112	4.534	1.121
Total		1.046	29.740	11.699
Novos seguidores a partir do Mês da Primeira Infância		52		



9.1.17. Campanha #NãoÉMenor

A campanha #NãoÉMenor, desenvolvida pela ANDI entre setembro e dezembro, consolidou-se como a principal iniciativa de comunicação do ano, ao pautar de forma ampla e qualificada a importância do uso de uma linguagem que reconheça crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Por meio de uma estratégia baseada em conteúdos educativos, depoimentos, *collabs* e mobilização de entidades do jornalismo e da sociedade civil, a campanha contribuiu para ampliar o debate público sobre os impactos do uso do termo “menor” na reprodução de estigmas e violações de direitos.

Ao longo do período, a campanha contou com parcerias estratégicas com organizações como Abraji, Fenaj, Jeduca, Coletivo Colo, FNPETI, SBPJor, Abej, Núcleo Espiral, Projeto ONDA/INESC, entre outras, fortalecendo o diálogo com profissionais da comunicação e ampliando o alcance das mensagens. As publicações abordaram desde a contextualização histórica e legal do termo até reflexões sobre o papel da imprensa na construção de narrativas que respeitem a infância e a adolescência.

Em termos de desempenho, a campanha alcançou resultados expressivos nas redes sociais da ANDI, somando mais de 406 mil visualizações, 12 mil interações e aproximadamente 237 mil contas alcançadas. Entre os conteúdos de maior impacto, destacam-se as publicações explicativas sobre por que não utilizar o termo “menor” e os materiais produzidos em colaboração com entidades jornalísticas, que concentraram os maiores índices de alcance e engajamento. Como resultado direto da mobilização, a campanha também contribuiu para o crescimento da base de seguidores da ANDI, com a incorporação de 188 novos seguidores durante o período.

Mais do que os números, a campanha #NãoÉMenor reforçou o papel da comunicação como ferramenta de proteção de direitos, incentivando jornalistas, comunicadores e instituições a revisarem práticas, discursos e escolhas editoriais. Ao promover uma mudança de linguagem, a iniciativa fortaleceu a compreensão de que palavras constroem realidades e que uma comunicação responsável é fundamental para garantir o respeito, a dignidade e a proteção integral de crianças e adolescentes.

Confira o desempenho da campanha #NãoÉMenor:

Publicação	Parceria	Interações	Visualizações	Alcance
NÃO É MENOR! É criança, é adolescente	Abraji, Fenaj, Jeduca	3.732	118.336	71.692
A jornalista amiga da criança Anna Luiza Calixto apoia a campanha #NãoÉMenor!	Anna Luiza Calixto, Coletivo Colo, Fenaj, Rede RECREIA	533	9.293	6.534
Por que não usar o termo menor?	Agenda 227	4.403	187.214	110.358
Adote uma linguagem que respeite a infância	Abraji, Coletivo Colo, Fenaj, Jeduca	230	7.479	3.197
Repense! Não é menor. É criança e adolescente!	FNPETI	360	10.964	6.251
Ninguém é menor! Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos.	4Daddy, Coletivo Colo	153	4.883	1.923
A escolha das palavras importa	Coletivo Colo, Fenaj, Maria Carolina Trevisan	271	10.073	7.873
A imprensa constrói visão de mundo	Coletivo Colo, Fenaj, SBPJor	61	4.055	1.355
Palavras constroem realidades	Coletivo Colo, Fenaj, SBPJor	156	6.500	2.723

A lei mudou há 35 anos. A linguagem também precisa mudar!	Coletivo Colo, Fenaj, SBPJor	309	9.506	4.251
Avanço na comunicação pública!	Abej, Coletivo Colo, Fenaj, Rede RECREIA, SBPJor	219	8.193	3.450
Quando quem faz jornalismo fala com responsabilidade, a infância é protegida.	Abej, Coletivo Colo, Fenaj, SBPJor, Suzana Varjão	103	1.417	983
O Código de Menores ficou no passado.	Coletivo Colo, Fenaj, SBPJor	176	6.601	2.258
"Não Sou Menor"	Coletivo Colo, Fenaj, Projeto ONDA, Inesc	675	9.823	6.884
Não é apenas sobre trocar palavras. É sobre reconhecer crianças e adolescentes como pessoas com história, voz, identidade e direitos	Núcleo Espiral	59	2.119	751
Quando a linguagem muda, a proteção começa!	Coletivo Colo, Fenaj, Miriam Pragita	213	3.040	2.090
Liberta se junta à campanha #NãoÉMenor, da ANDI, e convidamos todos a rever palavras, atitudes e olhares. Por uma comunicação que reconhece, respeita e protege.	Coletivo Colo, Fenaj, Instituto Liberta	268	4.863	3.618
Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e não são menores em nada, nem em valor, nem em dignidade.	Coletivo Colo, Fenaj, Monalisa Conselheira Tutelar, Rede RECREIA	93	1.911	1.406
Total:		12.014	406.270	237.597
Novos seguidores a partir da campanha #NãoÉMenor:		188		





9.1.18. Institucional

Em 2025, a ANDI manteve uma atuação consistente na divulgação de conteúdos institucionais em suas redes sociais, utilizando o Instagram como um canal estratégico para dar visibilidade à sua presença em espaços de incidência política, participação em debates públicos, produção de conhecimento e articulações com a imprensa e a sociedade civil. As publicações reforçaram o papel da organização como referência na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e na promoção de uma comunicação ética e comprometida com a proteção integral.

Ao longo do ano, os posts institucionais abordaram temas diversos, como a participação da ANDI em grupos de trabalho interinstitucionais, a colaboração em publicações técnicas, a presença de suas representantes em programas jornalísticos, lives e eventos online, além de manifestações públicas em momentos simbólicos e de relevância social. Entre os destaques, está a divulgação da contribuição da ANDI na elaboração do Guia para Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes, iniciativa que gerou expressivo engajamento e ampliou o alcance da atuação da organização no debate sobre proteção digital.

A comunicação institucional também evidenciou a presença qualificada da ANDI na mídia, com a participação de representantes como Miriam Pragita e Ana Potyara em reportagens, entrevistas e programas de televisão, além de matérias especiais sobre marcos históricos, como os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses conteúdos contribuíram para fortalecer o reconhecimento público da ANDI como fonte especializada e confiável para temas relacionados à infância e adolescência.

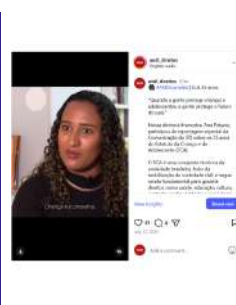
Outro eixo relevante foi a divulgação de ações de articulação e mobilização, como a Semana de Incidência da Socioeducação e encontros voltados à promoção da cultura de paz e da proteção das infâncias, ampliando o diálogo com redes parceiras e diferentes públicos. Publicações de caráter institucional e simbólico, como notas de pesar e posicionamentos públicos, também integraram a estratégia, reafirmando o compromisso da ANDI com uma comunicação sensível, responsável e contextualizada.

Em termos de desempenho, os conteúdos institucionais publicados em 2025 somaram mais de 8.300 visualizações, alcançando aproximadamente 14.400 contas e gerando cerca de 1.070 interações, com destaque para publicações relacionadas a eventos online, participações em *lives* e ações de incidência pública, que apresentaram maior alcance e engajamento.

Esses resultados refletem a estratégia da ANDI de utilizar a comunicação institucional não apenas para informar, mas para fortalecer sua legitimidade pública, ampliar o diálogo com a sociedade e consolidar sua atuação como organização de referência na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, articulando *advocacy*, produção de conhecimento e presença qualificada no debate público.

Data	Tema	Interações	Alcance	Visualizações
27/02/2025	Artigo de Miriam Pragita no livro "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades"	43	490 contas alcançadas	973
12/03/2025	ANDI participa de GT e colabora na elaboração do Guia para Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes	101	1.370 contas alcançadas	2.350
23/05/2025	Nota de Pesar: Sebastião Salgado	112	2.963 contas alcançadas	3.991

27/05/2025	Participação de Miriam Pragita, no programa Repórter Brasil, da TV Brasil, para falar sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	106	664 contas alcançadas	1.128
06/06/2025	Aspas de Ana Potyara em matéria para a coluna Leitura Crítica da Mídia do jornal Brasil de Fato	108	1.330 contas alcançadas	3.565
11/06/2025	Semana de incidência da Socioeducação	138	1.833 contas alcançadas	3.921
14/07/2025	Reportagem especial da Agência Brasil sobre os 35 anos do ECA	37	597 contas alcançadas	2.364
17/07/2025	Reportagem especial do STJ sobre os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente	53	988 contas alcançadas	1.319
03/10/2025	Encontro Online "Cultura de Paz: como proteger o Encantamento das Infâncias" com participação de Ana Potyara	180	2.328 contas alcançadas	10.523
10/10/2025	Participação Ana Potyara na live da Aliança pela Infância	193	1.885 contas alcançadas	7.384



9.2. Redes e Coalizações

Em 2025, a comunicação institucional da ANDI também evidenciou, de forma estratégica, sua atuação em redes, fóruns e coalizões nacionais e internacionais, reforçando o compromisso da organização com a articulação coletiva, a incidência política e a defesa de direitos em agendas estruturantes. Por meio de publicações em formato colaborativo (*collabs*), a ANDI ampliou o alcance de posicionamentos públicos e fortaleceu alianças com organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e movimentos sociais.

Entre os destaques, está a participação da ANDI na Coalizão Direitos na Rede, com a divulgação e assinatura de uma carta pública contrária às recentes ações anunciadas pela Meta, sob liderança de Mark Zuckerberg. A publicação denunciou os riscos do enfraquecimento da moderação de conteúdo em plataformas digitais como *Facebook*, *Instagram* e *Threads*, alertando para os impactos diretos na segurança online de grupos vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes. A iniciativa reafirmou a defesa de uma regulação democrática das plataformas digitais, orientada pela proteção dos direitos humanos e pela responsabilização das empresas de tecnologia.

A ANDI também se posicionou de forma contundente, em articulação com a Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva, contra tentativas de retrocesso na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI). Por meio de publicações conjuntas, a organização denunciou os riscos representados pelo PL nº 3.035/2020, destacando que a proposta contraria o modelo social de deficiência, fragiliza a educação inclusiva e ameaça conquistas históricas do movimento anticapacitista no Brasil.

No mesmo eixo de atuação, a ANDI integrou mobilizações coletivas contra o PL 1584/2025, que propõe alterações profundas na Lei Brasileira de Inclusão (LBI). As postagens em *collab* alertaram para os impactos negativos da proposta, que pode revogar ou esvaziar marcos legais fundamentais, desresponsabilizar políticas públicas universais e romper com o princípio da inclusão transversal. A comunicação reforçou a importância da LBI como conquista construída com ampla participação social e alinhada à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Essas ações demonstram como a ANDI utiliza seus canais institucionais para dar visibilidade às agendas coletivas, qualificar o debate público e fortalecer processos de *advocacy* em rede. Ao atuar de forma articulada com coalizões e movimentos sociais, a organização amplia o impacto de suas mensagens, contribui para a mobilização social e reafirma seu papel como referência na defesa de direitos, na promoção da inclusão e na construção de políticas públicas democráticas e participativas.



9.3. Infância na Mídia

Em 2025, a ANDI ampliou a estratégia de divulgação do boletim *Infância na Mídia*, integrando um novo formato de publicação no **Instagram**, com o objetivo de tornar o conteúdo mais acessível, atraente e articulado ao cotidiano dos usuários das redes sociais, sem perder sua função informativa e de monitoramento da cobertura jornalística sobre infância e adolescência.

Os *posts* passaram a apresentar recortes temáticos semanais, reunindo duas ou mais pautas em evidência na mídia, como educação, saúde, violência, desigualdades sociais, crise climática, uso da internet e políticas públicas. O formato priorizou a contextualização das notícias, contribuindo para uma leitura crítica da cobertura jornalística e reforçando o papel da comunicação como instrumento de proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes.

Ao longo do ano, o Infância na Mídia no Instagram abordou temas de grande relevância social, como uso de celulares nas escolas, pobreza multidimensional, eventos climáticos extremos, violência sexual, gravidez na adolescência, desaparecimento de crianças, direitos de crianças LGBTQIA+, publicidade de alimentos e financiamento da educação. Alguns conteúdos se destacaram pelo maior alcance e engajamento, especialmente publicações relacionadas à violência contra crianças e adolescentes, uso da internet, mudanças climáticas e políticas públicas.

Entre janeiro e setembro, o novo formato alcançou resultados consistentes de engajamento, com destaque para a edição de 16 de maio de 2025, que tratou de crianças e adolescentes vítimas de violência, registrando 173 interações, 2.601 contas alcançadas e 3.669 visualizações, o melhor desempenho do período. De forma geral, o boletim apresentou alcance regular, consolidando-se como um conteúdo de referência para leitores interessados em comunicação, direitos humanos e políticas públicas para a infância.

A adaptação do Infância na Mídia para o Instagram fortaleceu a presença digital da ANDI, ampliou o diálogo com jornalistas, comunicadores, pesquisadores e a sociedade civil, e contribuiu para democratizar o acesso a informações qualificadas sobre como a infância e a adolescência são retratadas na imprensa brasileira. O novo formato complementa a edição semanal completa disponível no site da ANDI (https://andi.org.br/infancia_midia), reforçando a articulação entre monitoramento da mídia, incidência pública e educação para os direitos.

Desempenho do boletim Infância na Mídia, no Instagram:

Data	Tema	Interações	Alcance	Visualizações
10/01/2025	Celular em sala de aula + Janeiro Branco	54	630	921
17/01/2025	Pobreza Multidimensional	41	215	349
24/01/2025	Mortalidade Materna + Eventos Climáticos Extremos	25	268	436
14/02/2025	Uso da internet + Celular nas escolas	31	248	399
21/02/2025	Calor na escola + Violência Sexual	36	474	693
14/03/2025	Gravidez na adolescência + Pandemia e saúde mental	51	727	940
28/03/2025	Vacina COVID + Crianças sem acesso à água	51	309	488
04/04/2025	Mortes por PMs + Abuso Infantil na Internet	49	1.098	1.298
25/04/2025	Mudanças Climáticas + Compartilhamento de fotos	75	713	1.023
09/05/2025	Extremos Climáticos + Uso de Internet por crianças	49	485	647

Data	Tema	Interações	Alcance	Visualizações
16/05/2025	Crianças e Adolescentes vítimas de violência + Registro	173	2.601	3.669
30/05/2025	Desaparecimentos + Crianças LGBTQIA+	42	365	511
04/07/2025	Violência Doméstica + Déficit de Natureza	15	239	633
11/07/2025	Verbas federais + Publicidade de alimentos	54	327	790
12/09/2025	Crianças e Adolescentes obesos + Gasto por aluno	37	470	2.064



9.4. Lançamentos de publicações ANDI no Instagram

9.4.1. Guia “Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática”

Em 2025, a ANDI utilizou o Instagram como canal estratégico para o lançamento e a ampla divulgação da publicação “Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática: Guia para a cobertura jornalística”, alinhada ao contexto da emergência climática e à realização da COP 30 no Brasil. A estratégia de comunicação foi desenvolvida de forma contínua e articulada, com uma sequência de publicações que apresentaram os objetivos do material, dados-chave, públicos prioritários e a relevância do tema no cenário nacional e internacional.

As postagens destacaram que a crise climática afeta de maneira desproporcional crianças e adolescentes — especialmente aquelas e aqueles em situação de maior vulnerabilidade — reforçando a urgência de incorporar a perspectiva dos direitos da infância nas coberturas jornalísticas, nas políticas públicas e nos debates globais sobre clima. Dados sobre impactos na saúde, na educação e no cotidiano das infâncias foram utilizados para contextualizar o problema e sensibilizar diferentes públicos.

Ao longo da campanha de lançamento, o conteúdo divulgado no Instagram enfatizou o caráter prático e didático do guia, voltado a jornalistas, comunicadores, criadores de conteúdo, estudantes e organizações da sociedade civil, oferecendo dados qualificados, sugestões de pauta, fontes especializadas e orientações para uma cobertura ética, aprofundada e comprometida com os direitos humanos. A estratégia também incluiu publicações que ampliaram o debate para o cenário internacional, destacando a proximidade da COP 30 e a necessidade de fortalecer narrativas globais que coloquem a infância no centro das decisões climáticas.

Como parte dessa ação, a ANDI lançou e divulgou a versão internacional do guia, em inglês, ampliando o alcance da publicação e reforçando seu potencial de incidência junto a públicos e organizações fora do Brasil.

O conjunto de publicações relacionadas ao lançamento do guia gerou 590 interações, 16.991 visualizações e alcançou 7.465 contas no Instagram, além de contribuir para o crescimento do perfil ins-

titucional, com a conquista de 15 novos seguidores no período. Esses resultados evidenciam o interesse do público pelo tema e a efetividade da comunicação da ANDI na articulação entre infância, direitos humanos e crise climática.

Com essa iniciativa, a ANDI reafirmou seu papel como referência na produção de conhecimento e no apoio à qualificação da cobertura jornalística, utilizando as redes sociais como ferramenta de incidência, sensibilização e fortalecimento do debate público sobre justiça climática e proteção integral de crianças e adolescentes.

Desempenho do lançamento (Instagram/2025):

Publicação	Parceria	Interações	Visualizações	Alcance
As crianças não podem esperar mais!	Aline Falco Miriam Pragita	304	5.864	3.860
Como as mudanças climáticas afetam a infância e a adolescência	Instituto DuClima	143	6.152	2.107
A crise climática ameaça o presente e o futuro de quem menos contribuiu para ela: crianças e adolescentes!	Coalizão Clica Instituto DuClima	79	1.471	587
Com a COP 30 prestes a acontecer, é hora de ampliar o debate no cenário internacional	Coalizão Clica Instituto DuClima	43	1.571	446
English version of the guide The Rights of Children And Adolescents in the Climate Agenda - A media coverage guide	Miriam Pragita	21	1.933	465
Total:		590	16.991	7.465
Novos seguidores a partir do lançamento:		15		



9.4.2. Análise de Mídia sobre Educação Infantil

Em outubro de 2025, a ANDI lançou, em parceria com a Fundação Bracell e o JEDUCA, a Análise de Mídia sobre Educação Infantil, publicação que examina como a imprensa brasileira tem abordado a primeira infância e de que forma essa cobertura influencia o debate público e a formulação de políticas educacionais.

O estudo analisou 5.116 matérias jornalísticas publicadas entre 2023 e 2024, revelando um cenário em que temas como violência escolar concentram a maior atenção da mídia, correspondendo a 22,2% das matérias, superando pautas estruturais como acesso à Educação Infantil (17,5%) e infraestrutura (13,1%). Por outro lado, assuntos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças — como qualidade pedagógica, práticas educativas, o direito ao brincar e a diversidade — aparecem de forma minoritária na cobertura jornalística.

A análise também evidenciou a predominância do poder público como principal fonte de informação, presente em 68,6% das matérias, enquanto especialistas, professores e profissionais da educação seguem pouco ouvidos, o que limita a pluralidade de perspectivas e o aprofundamento do debate sobre qualidade educacional na primeira infância.

A divulgação da publicação no Instagram da ANDI buscou ampliar o alcance desses achados, sensibilizando jornalistas, comunicadores, gestores públicos e a sociedade civil sobre as lacunas e oportunidades existentes na cobertura da Educação Infantil. A postagem de lançamento gerou 88 interações, 3.345 visualizações e alcançou 1.054 contas.

Com esse lançamento, a ANDI reafirmou seu compromisso com a qualificação da cobertura jornalística e com a defesa de uma Educação Infantil de qualidade, reforçando o papel da comunicação como ferramenta estratégica para colocar a primeira infância no centro da agenda pública e das políticas educacionais.

9.4.3. Guia “Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática”

No contexto da realização da COP 30 no Brasil, a ANDI lançou, em parceria com o Instituto Alana, o guia “Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática”, uma publicação voltada a jornalistas, comunicadores e mediadores interessados em construir narrativas éticas, responsáveis e comprometidas com os direitos da infância e da adolescência.

O guia parte do reconhecimento de que não há futuro sustentável sem a participação efetiva de crianças e adolescentes, sujeitos de direitos que vivenciam, no presente, os impactos da crise climática e que também produzem reflexões, propostas e caminhos para enfrentar esse desafio global. O material oferece orientações práticas para entrevistas que respeitem a escuta qualificada, a proteção integral, a diversidade de experiências e o protagonismo infantojuvenil, contribuindo para uma cobertura mais justa e humanizada sobre clima e justiça socioambiental.

A divulgação do lançamento no Instagram da ANDI integrou a estratégia de ampliação do debate sobre infância, clima e participação social, alcançando 1.686 contas, com 4.743 visualizações e 144 interações, além de estimular o salvamento do conteúdo como material de consulta permanente por profissionais da comunicação.

Com essa iniciativa, a ANDI reforçou sua atuação na interseção entre comunicação, direitos da infância e justiça climática, ampliando ferramentas para que a mídia inclua crianças e adolescentes como vozes legítimas e centrais nas discussões sobre o presente e o futuro do planeta.



9.5. Publicações lançadas e disponibilizadas no site ANDI em 2025

9.5.1. Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática: Guia para a cobertura jornalística | *The rights of children and adolescents in the climate agenda*

Realização: ANDI – Comunicação e Direitos

Parceiros estratégicos: Act For Early Years e Fundação Van Leer

Link da publicação: [Versão original](#) e [Versão em Inglês](#)

Em abril de 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos lançou a publicação “Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática – Guia para a cobertura jornalística”, um material estratégico voltado a jornalistas, comunicadores, estudantes e organizações da sociedade civil interessadas em qualificar a abordagem da crise climática a partir da perspectiva dos direitos infantojuvenis.

O guia parte do reconhecimento de que a crise climática representa o maior desafio global da atualidade e afeta de forma desproporcional crianças e adolescentes — população que menos contribuiu para o aquecimento global, mas que está entre as mais expostas a seus impactos diretos e indiretos, como eventos climáticos extremos, insegurança alimentar, deslocamentos forçados e prejuízos à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, destaca que, apesar dessa vulnerabilidade, crianças e adolescentes seguem pouco considerados nas negociações climáticas internacionais, nas políticas públicas ambientais e nos espaços de participação social.

A publicação foi concebida em um contexto estratégico para o país, às vésperas da realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) no Brasil. Pela primeira vez, o país sediará a principal arena global de decisões sobre o futuro climático, o que amplia a atenção da imprensa e da sociedade para o tema e cria uma oportunidade inédita de inserir, de forma estruturada, a pauta da infância e da adolescência no centro do debate climático nacional e internacional.

Entre os dados apresentados no guia, destacam-se evidências que reforçam a urgência do tema: mais de 40 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão expostos a pelo menos um risco climático; crianças com menos de cinco anos concentram 88% das doenças relacionadas às mudanças climáticas, segundo a Organização Mundial da Saúde; e, apenas em 2024, cerca de 1,17 milhão de estudantes brasileiros tiveram suas rotinas escolares afetadas por enchentes e secas extremas. O material também aborda os impactos do calor extremo na aprendizagem, destacando que 64% das escolas localizadas em capitais brasileiras estão em áreas classificadas como ilhas de calor, o que compromete diretamente o desenvolvimento educacional.

O guia cumpre uma dupla função. De um lado, oferece um ponto de partida para a cobertura da COP 30 com foco nos direitos de crianças e adolescentes, explicando a estrutura, os processos e as dinâmicas das Conferências das Partes e analisando como a infância tem sido — ou não — incorporada às negociações climáticas globais. De outro, reúne informações contextualizadas sobre a relação entre mudanças climáticas e direitos infantojuvenis, com especial atenção à realidade brasileira, abordando vulnerabilidades, direitos ameaçados, políticas públicas e responsabilidades institucionais.

O conteúdo inclui ainda sugestões de pautas, orientações de abordagem ética, temas prioritários para acompanhamento contínuo e um banco de fontes composto por organizações especializadas na interface entre infância e clima, entidades atuantes nas negociações internacionais e coletivos de crianças e adolescentes protagonistas na luta por justiça climática. Ao enfatizar a participação infantojuvenil, o material reforça a compreensão de crianças e adolescentes não apenas como vítimas da crise, mas como sujeitos de direitos e agentes de transformação social.

Além da disponibilização online gratuita, a estratégia de comunicação do lançamento incluiu:

- Elaboração e disparo de **release** para a imprensa, garantindo visibilidade institucional e cobertura jornalística qualificada;

- Publicações no Instagram da ANDI, ampliando o alcance digital do material e estimulando o acesso ao guia por diferentes públicos;
- Divulgação da versão internacional do guia, em inglês, ampliando seu potencial de circulação no contexto da COP 30 e em debates internacionais sobre clima e direitos humanos.

Com esta publicação, a ANDI reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, da infância e da adolescência e com o fortalecimento da comunicação como instrumento fundamental para a incidência política, a sensibilização social e a construção de narrativas que conectem os grandes acordos climáticos às realidades cotidianas das diversas infâncias brasileiras. O guia foi pensado como um recurso permanente, a ser utilizado antes, durante e após a COP 30, contribuindo para uma cobertura jornalística mais rigorosa, sensível e comprometida com a justiça climática intergeracional.



9.5.2. Análise de Mídia sobre Educação Infantil

Realização: ANDI – Comunicação e Direitos

Iniciativa: Fundação Bracell

Apoio Técnico: Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca)

Link da publicação: [Versão original](#)

Em outubro de 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos lançou a publicação “Análise de Mídia sobre Educação Infantil”, um estudo que examina de forma sistemática como a imprensa brasileira tem abordado a Educação Infantil, etapa fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e para a promoção da equidade social. A iniciativa parte do reconhecimento de que a Educação Infantil é um direito humano fundamental e um campo estratégico de políticas públicas, especialmente à luz dos avanços científicos que evidenciam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

O estudo dialoga com evidências consolidadas da neurociência e da economia da educação, que demonstram que investimentos na primeira infância geram impactos positivos duradouros para indivíduos e para a sociedade, sobretudo quando direcionados a crianças em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a creche e a pré-escola são compreendidas como espaços centrais de socialização, aprendizagem e construção das bases da trajetória escolar, influenciando diretamente o desempenho educacional futuro, a qualidade de vida adulta e o exercício pleno da cidadania.

A publicação também se insere em um momento relevante da política educacional brasileira. Em 2024, o país avançou na qualificação da oferta da Educação Infantil com a atualização dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, processo conduzido pelo Ministério da Educação em diálogo com organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Esses parâmetros fundamentaram a elaboração das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, documento que estabelece referências obrigatórias para os sistemas de ensino em todo o território nacional. Diante desse cenário, fortalecer o debate público e a compreensão social sobre a Educação Infantil torna-se ainda mais estratégico.



A mídia desempenha papel decisivo nesse processo, ao dar visibilidade aos desafios, avanços e desigualdades que atravessam as diversas infâncias brasileiras. Esse papel se torna ainda mais relevante frente aos obstáculos persistentes no país, como o acesso insuficiente a vagas em creche, a qualidade desigual da oferta e as disparidades regionais. Em 2024, apenas 39,8% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches, percentual abaixo da meta de 50% prevista no Plano Nacional de Educação. Na pré-escola, embora o atendimento devesse estar universalizado desde 2016, a taxa alcançou 93,4% em 2024, evidenciando que o direito à Educação Infantil ainda não está plenamente assegurado.

É nesse contexto que se insere a Análise de Mídia sobre Educação Infantil, conduzida pela ANDI – Comunicação e Direitos, com apoio da Fundação Bracell e da Associação dos Jornalistas de Educação (Jeduca). A pesquisa analisou 5.116 notícias publicadas entre janeiro de 2023 e dezembro de 2024, em um conjunto de veículos composto por cinco jornais de alcance nacional, dez jornais de repercussão regional e local e três portais de notícias. O objetivo foi mapear temas predominantes, enfoques adotados, fontes consultadas e tendências da cobertura jornalística sobre Educação Infantil no Brasil.

Os resultados revelam que, embora haja presença do tema na agenda midiática — especialmente nos veículos regionais e locais —, a cobertura frequentemente é pautada por episódios não diretamente relacionados às políticas educacionais, como ataques violentos a instituições escolares. Questões relacionadas ao acesso e à infraestrutura das unidades de Educação Infantil também ganham destaque, refletindo preocupações concretas das famílias e das comunidades. Em contrapartida, aspectos centrais como a qualidade da oferta, a formação de professores e a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral das crianças aparecem de forma minoritária no noticiário.

Ao evidenciar essas tendências, a publicação traça um panorama crítico da cobertura jornalística, apontando lacunas, silêncios e oportunidades para o fortalecimento do debate público. A Análise de Mídia destaca a necessidade de ampliar o espaço dedicado a temas estruturantes da Educação Infantil, contribuindo para que a imprensa exerça plenamente seu papel na incidência pela garantia de direitos sociais fundamentais e na promoção de políticas públicas de qualidade e equidade.

A estratégia de lançamento da publicação incluiu a divulgação no site da ANDI, o envio de **release** para a imprensa, com o objetivo de ampliar a visibilidade do estudo junto a jornalistas e formadores de opinião, e a publicação de conteúdo no Instagram da ANDI, reforçando o alcance digital e promovendo o acesso ao material. Com essa iniciativa, a ANDI reafirma seu compromisso com a qualificação da cobertura jornalística e com a promoção dos direitos das crianças, fortalecendo o debate público sobre a Educação Infantil como base para o desenvolvimento humano e social.

Análise de Mídia sobre Educação Infantil (2025)



Destinação:
 (MÉ) Comunicação e Direitos
 (MÉ) Formação Social
 (MÉ) Associação dos Jornalistas de Educação (Jeduca)
 (MÉ) FIP (423,41 R\$)

A Educação Infantil, além de ser um direito de todas as crianças, constitui-se em um campo fundamental para o desenvolvimento do ser humano, numa etapa da vida em que os estímulos e as oportunidades favorecem a inteligência.

Das pesquisas no mercantilismo que revelam que as crianças nascidas até os 5 anos atingem uma velocidade irregular em todas as fases de vida em estudos longitudinais por James Heckman¹, já sabemos dos impactos positivos das iniciativas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento das crianças pequenas — especialmente aquelas em condições de vulnerabilidade — e para a sociedade. Desse modo, não é exagerado afirmar que a educação, enquanto processo social de formação humana, é fundamental para a promoção do desenvolvimento individual e da sociedade.

O ambiente escolar desempenha um papel central no desenvolvimento integral, atuando nas dimensões física, cognitiva, emocional e social das crianças pequenas. Alinhado à escola de Educação Infantil são os espaços onde elas começam a se inserir nas dinâmicas sociais e culturais, expandindo experiências, possibilidades de interação com outras crianças e adultos e formando os alicerces para a vida em sociedade. Também é na Educação Infantil que se fundam as bases da trajetória escolar da criança, influenciando até no seu desempenho escolar futuro e na qualidade de sua vida adulta².

Como documenta o estudo "O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem", do Núcleo Ciência pela Infância³, dentre os benefícios identificados em diversas experiências internacionais desde os anos 1960 estão: ganhos cognitivos no curto prazo, melhora dos níveis de aprendizagem no médio prazo e melhora na escolaridade e renda no longo prazo. Em síntese, não é exagerado dizer que as crianças que frequentam a Educação Infantil tornam-se adultos mais saudáveis, com maior escolaridade, empregabilidade, qualidade de vida — no seja, em condições mais favoráveis para exercer a cidadania e contribuir para o avanço social.

Portanto, não basta o acesso à escola: o impacto positivo da educação depende da qualidade da oferta, o qual se traduz em professores bem formados e engajados no desenvolvimento infantil, programas estruturados e humanizados, entre outros aspectos⁴.

Em 2024, o Brasil deu um passo essencial para a qualificação da oferta da Educação Infantil no país, com a atualização dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil⁵, em um processo que envolveu o Ministério da Educação (MEC), organizações da sociedade civil e organismos internacionais. O documento foi a base para o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborar as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil⁶, que determinam parâmetros para os sistemas de ensino e estudos de todo o país.

9.5.3. Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática | *How to Interview Children and Adolescents on Climate Issues*

Realização: ANDI – Comunicação e Direitos e Instituto Alana

Link da publicação: [Versão original](#) e [Versão em Inglês](#)

Em novembro de 2025, a ANDI – Comunicação e Direitos lançou a publicação “Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática” com tradução para o inglês “How to Interview Children and Adolescents on Climate Issues”, um guia direcionado a jornalistas, assessores de imprensa, criadores de conteúdo e mediadores de debates que atuam na cobertura da crise climática e de seus impactos sobre a infância e a adolescência. O material parte do reconhecimento de que a crise climática é um dos maiores desafios globais da atualidade e que seus efeitos recaem de forma mais intensa sobre crianças e adolescentes, apesar de serem aqueles que menos contribuíram para o problema e que conviverão por mais tempo com as consequências das decisões tomadas no presente.

Ainda que estejam entre os grupos mais afetados pela emergência climática, crianças e adolescentes seguem amplamente invisibilizados nos processos formais de tomada de decisão, nos debates públicos e nas ações oficiais sobre o clima. Essa invisibilidade se aprofunda quando atravessada por desigualdades estruturais de gênero, classe, raça, etnia, território e deficiência. Nesse contexto, o guia busca enfrentar uma lacuna central da cobertura jornalística: a escassa escuta qualificada de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, portadores de perspectivas próprias e agentes de transformação social.

A publicação se fundamenta em marcos legais e normativos nacionais e internacionais que asseguram o direito à participação de crianças e adolescentes na pauta climática. Entre eles, destaca-se a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas e seu Comentário Geral nº 26, que estabelece que o princípio do melhor interesse da criança deve orientar políticas e acordos climáticos, garantindo a participação eficaz e significativa desse público. No âmbito nacional, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente reforçam o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar, com prioridade absoluta, o direito à expressão, à opinião e à participação na vida comunitária e política.

Diante desse arcabouço, o guia enfatiza o papel estratégico dos profissionais de comunicação na ampliação da visibilidade das demandas, experiências e propostas de crianças e adolescentes frente à crise climática. Mais do que dar voz, trata-se de criar condições éticas, seguras e respeitadas para que esse público seja ouvido, evitando abordagens adultocêntricas, sensacionalistas ou que reforcem estigmas e vulnerabilidades.

O material reúne recomendações práticas para a realização de entrevistas com crianças e adolescentes em coberturas sobre clima, especialmente em contextos de alta exposição midiática, como conferências internacionais — a exemplo da COP 30, realizada no Brasil. As orientações abordam desde cuidados éticos e legais até estratégias de linguagem, escuta ativa e mediação, considerando as especificidades das diferentes infâncias e adolescências e respeitando suas formas de expressão, tempos e contextos socioculturais.

Com esta publicação, a ANDI reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, da infância e da adolescência e com o fortalecimento de uma comunicação ética, responsável e comprometida com a justiça climática. O guia também dialoga diretamente com o esforço de qualificação da cobertura jornalística sobre mudanças climáticas, contribuindo para que crianças e adolescentes sejam reconhecidos não apenas como vítimas da crise, mas como sujeitos políticos e protagonistas na construção de soluções.

Além da disponibilização online gratuita, a estratégia de comunicação do lançamento incluiu:

- Elaboração e disparo de **release** para a imprensa, garantindo visibilidade institucional e cobertura jornalística qualificada;
- **Post** no Instagram da ANDI, ampliando o alcance digital do material e estimulando o acesso ao guia por diferentes públicos;
- Divulgação da versão internacional do guia, em inglês, ampliando seu potencial de circulação no contexto da COP 30 e em debates internacionais sobre clima e direitos humanos.



9.6. Releases publicados em nosso site e enviados para nosso mailing

Em 2025, a área de comunicação da ANDI – Comunicação e Direitos fortaleceu sua atuação junto à imprensa e a públicos estratégicos por meio da produção e publicação de releases no site institucional, além de sua disseminação para um mailing qualificado de jornalistas, organizações da sociedade civil, pesquisadores(as) e parceiros institucionais.

Ao longo do ano, os releases abordaram temas centrais da agenda da ANDI, contribuindo para ampliar a visibilidade institucional, qualificar a cobertura jornalística e fortalecer o debate público sobre os direitos de crianças e adolescentes, com ênfase em justiça climática, educação infantil, linguagem e estigmatização, participação infantojuvenil e comunicação ética.

Todos os releases publicados estão disponíveis na **seção Imprensa do site da ANDI**.

9.6.1. ANDI lança guia inédito para jornalistas sobre a crise climática e os direitos de crianças e adolescentes | 14 de abril de 2025

A publicação “Os direitos das crianças e dos adolescentes na pauta climática – Guia para a cobertura jornalística”, com foco tanto na cobertura da COP 30 quanto no fortalecimento de uma abordagem contínua sobre os impactos da crise climática na infância e adolescência, foi lançada em um contexto estratégico de preparação para a COP 30 no Brasil. O guia oferece dados, contextualização, sugestões de pautas, fontes especializadas e orientações éticas para apoiar jornalistas e comunicadores na produção de narrativas qualificadas, evidenciando o impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre crianças e adolescentes e reforçando o papel estratégico da imprensa na proteção dos direitos infantojuvenis em um cenário de emergência climática.

Assunto	Assunto em Inglês	Data de Lançamento	Visualizações	Compartilhamentos
Guia Infância e Clima (Drafting Guide Textbook)	Guia Infância e Clima (Drafting Guide Textbook)	04/14/2025 10:17	636	04/16/2025 14:01
Guia Infância e Clima (Cadernos SBU)	Guia Infância e Clima (Cadernos SBU)	04/14/2025 10:16	356	04/16/2025 10:16
Guia Infância e Clima (Eventos)	Guia Infância e Clima (Eventos)	04/14/2025 14:13	1332	04/16/2025 14:01
Guia Infância e Clima (Sociedade Civil)	Guia Infância e Clima (Sociedade Civil)	04/14/2025 14:13	866	04/16/2025 14:01
Guia Infância e Clima (Parceiros - JBCs)	Guia Infância e Clima (Parceiros - JBCs)	04/14/2025 14:11	425	04/16/2025 14:01

ANDI lança guia inédito para jornalistas sobre a crise climática e os direitos de crianças e adolescentes

Publicação pelo Foco Tático na cobertura da COP 30 quanto ao papel e um trabalho contínuo de advocacy do tema, orientando o papel da imprensa na proteção infantojuvenil em tempos de emergência climática.

Em um momento decisivo para a futuro da planeta, a ANDI – Comunicação e Direitos lança, nesta semana, seu “OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NA PAUTA CLIMÁTICA”, um guia inédito que oferece jornalistas, comunicadores e educadores de conteúdos de qualidade, essenciais para a cobertura jornalística e a participação infantojuvenil em debates internacionais sobre clima e direitos humanos.

9.6.2. NÃO É MENOR: ANDI e organizações parceiras lançam campanha para combater termo que estigmatiza crianças e adolescentes | 22 de setembro de 2025

A ANDI – Comunicação e Direitos, em parceria com o Coletivo Colo e com a colaboração de Abej, Abraj, Fenaj, Jeduca e SBPJor, lançou a campanha **#NãoÉMenor**, com o objetivo de combater o uso inadequado do termo “menor” na mídia, em espaços públicos e no cotidiano. A iniciativa busca conscientizar jornalistas, comunicadores e a sociedade sobre o caráter estigmatizante da expressão, reforçando a importância de uma linguagem alinhada à doutrina da proteção integral e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A campanha destaca o papel da comunicação na promoção dos direitos infantojuvenis e incentiva a adoção de termos que reconheçam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, contribuindo para práticas jornalísticas mais éticas, inclusivas e comprometidas com a dignidade humana.



Canal	Assunto	Período	Visualizações	Interações
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Guia Infância e Cinema)	09/22/2025	15.401	355
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Café da Manhã)	09/22/2025	18.391	348
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Guia Infância e Cinema (Jornalistas)	09/22/2025	18.360	1.479



9.6.3. Análise inédita revela como a mídia cobre a Educação Infantil no Brasil | 07 de outubro de 2025

A ANDI divulgou uma análise de mídia sobre a cobertura jornalística da Educação Infantil no Brasil, realizada em parceria com a Fundação Bracell e a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca). O estudo examinou notícias publicadas entre 2023 e 2024 e identificou padrões, lacunas e oportunidades na abordagem do tema, evidenciando a predominância de pautas factuais, como violência escolar, acesso e infraestrutura, especialmente no noticiário local. Em contrapartida, temas centrais para o desenvolvimento infantil — como qualidade pedagógica, práticas educativas, brincar e diversidade — aparecem de forma minoritária na cobertura. Os resultados reforçam o papel estratégico do jornalismo na qualificação do debate público e na promoção do direito das crianças a uma Educação Infantil de qualidade e com equidade.



Canal	Assunto	Período	Visualizações	Interações
Rede Globo	Relatório APNEZ (Guia Infância e Cinema)	10/07/2025	15.401	355
Rede Globo	Relatório APNEZ (Café da Manhã)	10/07/2025	18.391	348
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479
Rede Globo	Relatório APNEZ (Jornalistas)	10/07/2025	18.360	1.479



9.6.4. ANDI e Alana lançam guia de boas práticas para entrevistas com crianças e adolescentes em coberturas sobre clima | 12 de novembro de 2025

A ANDI, em parceria com o Instituto Alana, lançou o guia “Como entrevistar crianças e adolescentes sobre a pauta climática”, com orientações práticas para jornalistas, comunicadores e mediadores realizarem coberturas éticas, seguras e alinhadas aos direitos da infância. A publicação reforça o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e agentes de mudança, oferecendo recomendações sobre consentimento informado, cuidado emocional, proteção de dados pessoais e uso responsável de imagens e falas. O material também destaca a importância de garantir o protagonismo de grupos historicamente invisibilizados e de ampliar a presença das vozes infantojuvenis nos debates públicos sobre clima, contribuindo para uma cobertura mais justa, qualificada e comprometida com a construção de futuros sustentáveis.



9.7 Presença da ANDI na Imprensa

9.7.1. Boletim Infância na Mídia

Em 2025, a ANDI manteve e fortaleceu a produção regular do Boletim Infância na Mídia, consolidando-o como uma ferramenta estratégica de monitoramento, curadoria e difusão qualificada de conteúdos jornalísticos sobre infância e adolescência na imprensa brasileira.

Disponibilizado gratuitamente no site da ANDI e enviado a um mailing composto por jornalistas, organizações da sociedade civil, gestores públicos, pesquisadores e parceiros institucionais, o boletim tem como objetivo qualificar o debate público e apoiar a atuação de atores que integram a rede de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Ao longo do ano, o boletim reuniu semanalmente notícias, reportagens, análises e artigos de opinião sobre temas centrais como Educação Infantil, proteção digital, violência, justiça climática, políticas públicas, saúde, desigualdades e direitos humanos. Em 2025, o conteúdo também passou a dialogar de forma mais integrada com os debates emergentes sobre crise climática, uso de tecnologias e cobertura ética da infância na mídia.

Resultados em 2025:

- Foram produzidas 42 edições do Boletim Infância na Mídia ao longo do ano;
- Ao todo, 120.148 e-mails foram enviados;
- O boletim registrou 24.548 aberturas;
- Foram contabilizados 2.742 cliques nos conteúdos;
- Além disso, houve 4.690 aberturas por e-mail da rede de Jornalistas Amigos da Criança (JACs), público estratégico mobilizado pela ANDI.

Os resultados demonstram a continuidade do interesse e da confiança no Boletim Infância na Mídia como um instrumento relevante de acompanhamento crítico da cobertura jornalística, contri-

buindo para ampliar a visibilidade das pautas da infância e adolescência e para qualificar a atuação da imprensa e dos formuladores de políticas públicas ao longo de 2025.

Mês	Edições	E-mails Enviados	Aberturas	Cliques	Aberturas JACs
Janeiro	04	10.916	2.480	339	513
Fevereiro	04	10.811	2.678	352	525
Março	03	8.019	1.606	118	232
Abril	04	11.691	2.495	150	505
Maio	04	11.920	2.304	245	474
Junho	03	8.875	1.797	131	379
Julho	04	11.684	2.137	188	419
Agosto	05	14.489	3.136	593	587
Setembro	04	11.502	1.910	125	334
Outubro	04	11.434	2.086	215	342
Novembro	02	5.998	1.368	262	260
Dezembro	01	2.809	551	24	120

9.7.2. Dados Site ANDI

Em 2025, o site da ANDI consolidou-se como um canal estratégico de difusão de conteúdos sobre infância e adolescência, reunindo informações qualificadas para jornalistas, gestores públicos, organizações da sociedade civil, pesquisadores e demais públicos interessados na agenda dos direitos infantojuvenis.

A página manteve atualização contínua ao longo do ano, organizada em diferentes frentes editoriais, que garantem dinamismo, regularidade e diversidade de conteúdos:

- Agenda: publicada semanalmente, com divulgação também no Instagram, reunindo eventos, atividades e pautas relevantes da semana;
- Notícias: atualização frequente com conteúdos institucionais, pautas de parceiros e destaques da atuação da ANDI;
- Infância na Mídia: publicação semanal do boletim/clipping, disponibilizado às sextas-feiras;
- Acervo: inclusão e destaque de novas publicações produzidas ou apoiadas pela ANDI;
- Imprensa: disponibilização dos releases institucionais ao longo do ano;
- Home: renovada de forma recorrente, priorizando conteúdos estratégicos, campanhas, publicações e ações de maior relevância.

Acessos em 2025:

- Ao longo do ano, o site apresentou desempenho estável, com picos de acesso associados ao lançamento de publicações, campanhas de incidência pública e divulgação de análises e conteúdos estratégicos da organização.
- O mês de março registrou o maior número de usuários (11 mil) e de visualizações (20 mil), impulsionado pela divulgação de conteúdos institucionais e agendas de grande repercussão;
- Os acessos mantiveram média consistente ao longo do ano, com leve redução nos meses finais, período tradicionalmente marcado por menor atividade institucional e de navegação.

Resultados consolidados de 2025:

- Aproximadamente 106,2 mil usuários acessaram o site ao longo do ano;
- Foram registradas cerca de 163,6 mil visualizações de página.

Esses números refletem a importância do site da ANDI como espaço de referência para o acompanhamento qualificado das pautas relacionadas à infância e adolescência, fortalecendo a transparência institucional, a circulação de informações estratégicas e o apoio à atuação da imprensa e da sociedade civil ao longo de 2025.

Mês	Usuário	Visualizações
Janeiro	8,6 mil	12 mil
Fevereiro	8,9 mil	15 mil
Março	11 mil	20 mil
Abril	9,7 mil	15 mil
Maiο	10 mil	15 mil
Junho	8 mil	12 mil
Julho	7,2 mil	11 mil
Agosto	9,1 mil	15 mil
Setembro	9 mil	14 mil
Outubro	9,8 mil	14 mil
Novembro	9,2 mil	13 mil
Dezembro	5,7 mil	7,6 mil

9.8. Análise Geral

O ano de 2025 consolidou a comunicação da ANDI – Comunicação e Direitos como um eixo estratégico de incidência pública, mobilização social e fortalecimento da agenda dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil e no cenário internacional. Ao longo do período, a organização aprofundou sua atuação por meio de campanhas estruturantes, lançamentos de publicações, análises de mídia, produção contínua de conteúdo informativo e articulação com redes, coalizões e parceiros institucionais.

As ações desenvolvidas ao longo do ano evidenciam uma estratégia integrada de comunicação, que combinou produção de conhecimento, *advocacy*, qualificação do debate público e ampliação do diálogo com a imprensa, gestores públicos, organizações da sociedade civil e a sociedade em geral. Iniciativas como a campanha **#NãoÉMenor**, o fortalecimento do Mês da Primeira Infância, os lançamentos dos guias sobre infância e crise climática e boas práticas para entrevistas com crianças e adolescentes, além da Análise de Mídia sobre Educação Infantil, demonstram a capacidade da ANDI de pautar debates estruturais e sensíveis, promovendo mudanças de narrativa e incidindo sobre políticas públicas e práticas jornalísticas.

Em 2025, a ANDI também avançou na internacionalização de suas agendas, especialmente no contexto da realização da COP 30 no Brasil, ampliando a circulação de conteúdos em inglês e reforçando o diálogo com atores globais sobre clima, direitos humanos e participação infantojuvenil. A comunicação institucional assumiu papel central ao conectar dados, evidências científicas e marcos legais a narrativas acessíveis, éticas e comprometidas com a proteção integral da infância.

O desempenho nas plataformas digitais — incluindo Instagram, site institucional e o Boletim Infân-

cia na Mídia — reflete o alcance e a relevância dessas ações. Os números de interações, visualizações, acessos e engajamento indicam não apenas crescimento quantitativo, mas sobretudo a consolidação de públicos qualificados e comprometidos com a agenda dos direitos das crianças e adolescentes. Mais do que métricas, esses resultados traduzem a confiança na ANDI como fonte de informação, análise e orientação ética para a comunicação.

O Boletim Infância na Mídia manteve-se como uma ferramenta estratégica de monitoramento, curadoria e disseminação de conteúdos jornalísticos, fortalecendo redes de proteção e qualificação do debate público. Já o site da ANDI reafirmou-se como espaço de referência, articulando publicações, releases, análises e conteúdos institucionais de forma contínua e acessível.

Encerramos 2025 com a convicção de que comunicar com responsabilidade, intencionalidade e compromisso com os direitos humanos é uma forma concreta de incidência política e transformação social. As experiências, aprendizados e resultados deste ano fortalecem a base para os desafios futuros, apontando para a necessidade de seguir investindo em estratégias integradas, parcerias amplas e na valorização da participação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas das decisões que impactam seus presentes e futuros.

A ANDI segue reafirmando sua missão de colocar a infância e a adolescência no centro das narrativas públicas, das políticas e das decisões, contribuindo para uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com a proteção integral de todas as crianças e adolescentes.

10. Conclusão

O conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 reafirma o compromisso da ANDI – Comunicação e Direitos com a promoção dos direitos humanos e com o fortalecimento da comunicação como instrumento de transformação social. A atuação integrada nas áreas de infância e juventude, desenvolvimento inclusivo e sustentável e políticas de comunicação permitiu ampliar a incidência política da organização, fortalecer redes de cooperação e contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a garantia de direitos.

Ao longo do ano, a ANDI consolidou sua atuação na produção e disseminação de conhecimento qualificado, desenvolvendo estudos, análises, guias e materiais de referência voltados à qualificação da cobertura jornalística e ao fortalecimento de agendas estratégicas, como primeira infância, educação, direitos digitais, justiça climática e proteção integral de crianças e adolescentes. Paralelamente, fortaleceu sua participação em redes, fóruns, coalizões e espaços nacionais e internacionais de incidência, ampliando o diálogo entre sociedade civil, poder público, organismos internacionais e profissionais da comunicação.

A coordenação do Movimento Agenda 227, a participação ativa em redes de defesa de direitos, a articulação do Foro Ciudadano de las Américas (FCA-Brasil) e o desenvolvimento de projetos editoriais e de comunicação demonstram a capacidade da ANDI de integrar pesquisa, comunicação, mobilização social e advocacy em estratégias capazes de gerar impactos concretos na formulação de políticas públicas e na qualificação do debate público. Essas iniciativas fortaleceram a posição institucional da organização como referência na promoção da participação social, da democracia e da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Ao encerrar o exercício de 2025, a ANDI reafirma seu compromisso de seguir atuando de forma colaborativa, inovadora e baseada em evidências, fortalecendo parcerias, produzindo conhecimento e ampliando sua capacidade de incidência em temas estratégicos para o país. Mais do que responder aos desafios do presente, a organização segue contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, na qual crianças e adolescentes sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e a prioridade absoluta prevista na Constituição Federal seja efetivamente incorporada às políticas públicas e às decisões coletivas.

